

1 **17ª. CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO TERRITORIAL E BIOMAS**  
2 **BRASÍLIA, 10 de Julho de 2007**  
3 **IBAMA-CENTRE**  
4  
5

6 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
7

8 Bom dia a todos. Eu sou Dominique Louette, sou Diretora Adjunta do CONAMA, o Conselho Nacional  
9 do Meio Ambiente e conforme o artigo quarto do regimento interno, eu vou conduzir os trabalhos da  
10 Câmara até a eleição do Presidente. Vamos estar instalando hoje a 17ª. Reunião da Câmara Técnica de  
11 Gestão Territorial e Biomas, com a nova composição que foi definida na Reunião Ordinária de número  
12 85ª. do CONAMA, em 25 e 26 de abril, e essa nova composição será válida então por dois anos até a  
13 nova eleição em 2009. Temos nessa nova composição na Câmara Representados o Ministério do  
14 Planejamento, Orçamento e Gestão. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Governo do Pará, o  
15 Governo de Roraima, a ANAMMA Nacional, o Setor Florestal e a Comunidade Indígena. Antes da  
16 gente passar para a ordem do dia e para uma apresentação geral que a gente fará sobre o CONAMA,  
17 vou pedir que os Conselheiros presentes se apresentem, por favor.  
18

19 **Marcílio Caron Neto – Setor Florestal**  
20

21 Marcílio Caron Neto, sou Consultor Técnico da Associação Brasileira de Produtores de Florestas  
22 Plantadas e Presidente da Associação Sul Brasileira de Empresas Florestais.  
23

24 **Raimundo Costa Filho – Governo do Estado de Roraima**  
25

26 Raimundo Costa Filho, Representante do Governo do Estado de Roraima.  
27

28 **Sara Juarez Sales – ANAMMA NACIONAL**  
29

30 Sara Juarez Sales, Representante da ANAMMA Nacional.  
31

32 **Escrawen Sompre – Comunidade Indígena**  
33

34 Meu nome é Escrawen Sompre, sou Representante das Comunidades Indígenas.  
35

36 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
37

38 Louise Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.  
39

40 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
41

42 Normalmente o representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário deveria estar chegando. O  
43 que não sabemos é se virá o representante do governo do Pará com o qual a gente não pode  
44 confirmar, mas são cinco Conselheiros, temos quorum e então vamos começar a reunião. Então antes  
45 de proceder à eleição do Presidente, eu queria fazer uma apresentação rápida sobre o CONAMA, o  
46 funcionamento do CONAMA, apresentação que nós fazemos sempre quando são instaladas as novas  
47 câmaras porque às vezes tem novos Conselheiros que não conhecem o funcionamento. Então o  
48 CONAMA é um órgão colegiado de caráter tanto normativo como deliberativo e consultivo do SISNAMA  
49 e é coordenado e presidido pelo Ministério do Meio Ambiente. E ele tem duas finalidades principais. A  
50 primeira é assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais  
51 para o Meio Ambiente e os recursos naturais. Então, a primeira finalidade é de assessoramento. E a  
52 segunda finalidade que é a de deliberar sobre normas e padrões compatíveis com o Meio Ambiente  
53 ecologicamente equilibrado essencial a sadia qualidade de vida. Então o CONAMA tem essas duas  
54 vertentes de deliberar e fazer resoluções novas e de ser um órgão ao qual o Conselho de governo  
55 muitas vezes solicita orientações ou pareceres. Das dezessete consequências que tem no nosso  
56 regimento interno aqui a gente linkou cinco que são as competências mais usadas. A primeira de  
57 estabelecer ao controle e manutenção da qualidade do meio ambiente. Nesse caso, por meio de  
58 resoluções. Estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades potencialmente ou  
59 efetivamente poluidoras também por meio de Resoluções; e estabelecer normas e padrões nacionais  
60 de controle da poluição veicular, também por meio de Resolução. Por outro lado uma competência

61 importante do CONAMA é a de acompanhar a implementação do Sistema Nacional de Unidades de  
62 Conservação. E por outro lado, ele é a última instância sobre as penalidades impostas ao IBAMA . É a  
63 última instância recursal, as multas de mais de cem mil reais para as quais se faz recursos chega ao  
64 CONAMA para definição dessas multas. Bom, enquanto tenta destravar, vamos ver se eu lembro o que  
65 tinha que dizer. Bom, o CONAMA então é formado pelo plenário de Conselheiros do CONAMA e  
66 atualmente são 104 Conselheiros com direito a voto e voz e três Conselheiros com direito unicamente a  
67 voz. Esses três Conselheiros que tem direito unicamente à voz representante da comissão de meio  
68 ambiente do Congresso Nacional, Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal. Dos 104  
69 Conselheiros com direito a voto temos Conselheiros do Governo Federal que são atualmente 37  
70 representantes dos Ministérios e das Secretarias Especiais do Presidente da República. Temos  
71 representantes de cada um dos 27 estados e então 27 representações de estados, oito representações  
72 dos governos municipais, sendo uma para cada uma das regiões brasileiras, uma representação da  
73 ANAMMA a nível nacional, que faz parte dessa Câmara, uma da CNM a Confederação Nacional de  
74 Municípios e uma da frente nacional de prefeitos. Temos oito representações do setor produtivo,  
75 entendendo como as Confederações Nacionais da Indústria, do Transporte e do Comércio, a  
76 Agricultura e o Setor Florestal. E, finalmente temos representações da Sociedade Civil que são 21  
77 representações, onze são entidades ambientalistas e as outras incluem Comunidade Indígena,  
78 Comunidades Científicas e outras representações. Então, são no total 104. O CONAMA então  
79 funciona com plenário e com Câmaras Técnicas, que são onze Câmaras Técnicas as do CONAMA.  
80 Dez que a gente chama de Câmaras Temáticas que analisam o mérito da questão e uma que a Câmara  
81 Técnica de Assuntos Jurídicos que analisa os aspectos jurídicos das resoluções. Vou esperar ele  
82 mostrar o esquema que a gente tem que é mais fácil de entender do que só falando. Se vocês tiverem  
83 alguma pergunta até agora podem fazer. Os que não têm direito a voto é Ministério Público Estadual,  
84 Federal e representantes da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. E atualmente  
85 foram criadas duas novas Secretarias da Presidência da República e supostamente deveríamos  
86 aumentar em mais duas representações do Governo Federal. Bom, aqui um resumo, eu tinha  
87 esquecido a Presidente e o Secretário Executivo que também são Conselheiros do CONAMA e temos  
88 também um membro honorário que é eleito a cada dois anos. Então, como é que funciona o CONAMA  
89 no que se refere à resoluções? São encaminhadas à Secretaria Executiva solicitações de elaboração  
90 de Resolução por parte ou de Conselheiros ou de órgãos do SISNAMA. Essas solicitações são então  
91 encaminhadas a setores do Ministério do Meio Ambiente ou do IBAMA para solicitação de parecer  
92 sobre a necessidade de realmente se regulamentar esse aspecto que é trazido para o CONAMA. Com  
93 os pareceres então é encaminhado à Câmara Técnica correspondente que analisa a solicitação, que  
94 analisa os pareceres e que define se sim ou não, se vai dar continuidade à aquele tema. Decidindo que  
95 realmente é necessária uma Resolução sobre o tema, a Câmara Técnica tem duas opções ou ela  
96 mesma trata do assunto às vezes a Câmara Técnica trata diretamente do assunto quando com a  
97 solicitação é encaminhada também uma minuta zero, bem elaborada que já foi consolidada, então  
98 nesse caso a Câmara se sente confortável para trabalhar em cima dessa minuta ou na maioria dos  
99 casos a Câmara cria um Grupo de Trabalho para elaborar essa Resolução. O Grupo de Trabalho é um  
100 grupo aberto no qual qualquer pessoa pode participar com direito a voz, é coordenada por um dos  
101 Conselheiros da Câmara e nesse Grupo de Trabalho todo trabalho deve ser feito por consenso, não há  
102 votação em grupo de trabalho. Se o grupo de trabalho em um artigo um parágrafo ou uma parte da  
103 Resolução não conseguir chegar a um consenso, os dissensos são levados à Câmara que é a única  
104 habilitada e o grupo de trabalho funciona em apoio à Câmara Técnica, as decisões finais são da  
105 Câmara. O grupo de trabalho é criado, geralmente o regimento interno define uma criação de um grupo  
106 de trabalho por seis meses, na maioria das vezes esse tempo é prorrogado dependendo da  
107 complexidade do tema. Quando o grupo de trabalho considera que ele terminou, que ele elaborou a  
108 Resolução, ele encaminha então para a Câmara que analisa o mérito da proposta e faz as alterações  
109 que achar necessárias, aí sim na base da votação. Quando a Câmara aprova a Resolução, aí ela  
110 encaminha para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos que é a que vai analisar a legalidade e  
111 constitucionalidade da proposta. A Câmara Técnica aprovando essa Resolução e fazendo  
112 modificações eventuais nessa Resolução encaminha então para o plenário, que é onde ela é  
113 novamente avaliada no seu mérito, legalidade e constitucionalidade, e aprovada, alterada sendo  
114 aprovada no plenário ela então é encaminhada para a consultoria jurídica do Ministério que faz uma  
115 última leitura do texto, e então é encaminhada para publicação no Diário Oficial. Esse digamos que é o  
116 caminho mais simples de uma Resolução que não dá muito trabalho. Uma Resolução complexa em  
117 que há muitos interesses que entram em conflito, e muitas vezes as resoluções da Câmara Técnica  
118 voltam para o grupo de trabalho para continuar o trabalho dele, ou de assuntos jurídicos é  
119 reencaminhado para a Câmara porque apresenta problemas de mérito. E então a gente pode ter um vai  
120 e vem de um processo de Resolução entre uma instância e a outra. Como eu dizia, cada Câmara é

121 formada de sete membros, os processos na Câmara se dão por maioria simples dos membros  
122 presentes mais um, e o que é importante saber, é que a ausência de um membro por três reuniões  
123 consecutivas na Câmara leva à exclusão dessa entidade da Câmara Técnica. Se, por exemplo, um  
124 ministério é ausente da Câmara Técnica por três reuniões, ele não é mais membro e nesse caso o  
125 Governo Federal indica um novo Ministério para fazer parte da Câmara. Outro aspecto importante é  
126 que todas as reuniões do CONAMA inclusive da Câmara são públicas, temos Conselheiros e temos  
127 também o público e o público tem direito a voz, a menos que se trave uma discussão muito complicada  
128 que haja necessidade do Presidente regulamentar ou limitar a palavra dos presentes. Mas eu  
129 pessoalmente, nunca vi isso acontecer. As reuniões sempre são tranquilas e há possibilidade de  
130 qualquer pessoal do público se manifestar. Todas as reuniões são gravadas e então mesmo o público  
131 se manifestando vai ter que ser feito no microfone. Eu queria mostrar para vocês, mas vou explicar  
132 um pouquinho como é que vocês podem seguir os trabalhos da Câmara no nosso site. Porque temos  
133 os processos em papel de todas as Resoluções, mas todos os documentos importantes estão também  
134 disponibilizados no sitio. Então não há necessidade de vocês terem em papel, se vocês quiserem  
135 sempre estar à mas todos os documentos importantes e versões diferentes das resoluções, todos os  
136 documentos que estão em pauta, os pareceres, tudo está disponibilizado no nosso site. No nosso site  
137 então vocês entram no menu em Câmaras Técnicas e grupos de trabalho em que aparece a lista de  
138 todas as Câmaras Técnicas e grupos de trabalho que estão em cada uma dessas câmaras esse vocês  
139 clicando na Câmara técnica aparecem todos os processos que estão em pauta nessa Câmara, todas as  
140 reuniões que aconteceram, todos os grupos de trabalho que estão nessa Câmara. Vocês clicando num  
141 processo vocês vão ter todo o histórico desse processo e documentos analisados desde a criação  
142 desse processo e diferentes reuniões que foi encaminhado. Clicando num processo vocês tem acesso à  
143 pauta e documentos específicos a serem discutidos naquela reunião. Então no começo pode parecer  
144 um pouquinho confuso mas entrando duas ou três vezes, vocês verão que toda a informação que  
145 precisarem está no nosso site. Mas agora está aberta à pergunta, se vocês tiverem alguma dúvida  
146 sobre funcionamento. Tudo tranquilo?

147

#### 148 **Escrawen Sompre – Comunidade Indígena**

149

150 A realização da Câmara Técnica ela se dá na maioria absoluta dos presentes.

151

#### 152 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

153

154 É uma reunião da Câmara só acontece com quatro membros presentes. São sete membros Rossi e no  
155 dia que não tiver quorum a menos que os Conselheiros queiram ficar para discutir algum assunto, mas  
156 nada pode ser deliberado. Bom, então vamos passar agora à eleição do Presidente e vice-presidente.  
157 Vou explicar um pouquinho como foi feito nas outras câmaras, eu vou solicitar para saber se tem  
158 alguma das entidades presentes que querem ser Presidente. Se houver mais de uma então a gente  
159 tem aqui uma cédula e passa à votação. Se houver duas ou três entidades a segunda colocada passa a  
160 ser vice-presidente. Se houver só uma entidade que se interessa é Presidente, e aí a gente procura  
161 entre os presentes o vice-presidente. O vice-presidente na verdade preside a reunião na ausência do  
162 Presidente. Mas tem que ficar claro que em Câmara Técnica só preside um Conselheiro. Isso quer  
163 dizer que se a entidade que é Presidente não pode ser representada naquela hora pelo Conselheiro  
164 titular ou alguns dos dois suplentes ele manda um representante, esse representante não pode presidir.  
165 Passa a presidência para o Conselheiro presente da entidade que é vice-presidente, se no caso do  
166 vice-presidente acontece a mesma coisa, aí nesse caso os Conselheiros presente definem que  
167 Conselheiro passa a presidir aquela reunião, mas o regimento é muito claro de Conselheiro daquela  
168 entidade. Isso tem que ficar muito claro porque temos o caso de entidades que fazem parte da Câmara  
169 mas quem vem é até um Conselheiro mas Conselheiro de outra entidade, nesse caso o Conselheiro da  
170 outra entidade não pode presidir quem pode presidir é o Conselheiro daquela entidade. Em particular,  
171 eu sei que a ANAMMA, por exemplo, vamos dizer que na Câmara é ANAMMA Norte, mas ela indica o  
172 Conselheiro da ANAMMA Sul, e nesse caso para a gente a pessoa da ANAMMA Sul é um  
173 representante da ANAMMA Norte, ela não é conselheiro daquela ANAMMA, que fique claro. Alguma  
174 dúvida?

175

#### 176 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

177

178 Apesar de termos a figura do Presidente, agora tendo dois suplentes como você estava mencionando,  
179 na falta do Presidente, vamos supor que fosse o titular ele ainda pode ser substituído pelo primeiro e  
180 pelo segundo, então a figura do vice-presidente é uma figura meramente figurativa, né? Porque ele tem

181 a pessoa dele e mais as duas suplências que podem substituí-lo nesse momento de vacância ou de  
182 falta numa reunião não estando o Presidente.

183  
184 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

185  
186 Nem sempre é assim. Por exemplo, o Governo de São Paulo na formação anterior das câmaras, quem  
187 vinha era sempre o representante, os Conselheiros nunca vinham. Então nesse caso São Paulo nunca  
188 poderia ter pleiteado a presidência e se ele tivesse pleiteado a presidência nunca poderia ter presidido  
189 sempre teria passado a presidência. Então tem entidades que respeitam e são Conselheiros da sua  
190 entidade que vêm mas tem muita indicação cruzada que faz com que às vezes o vice-presidente é  
191 necessário. Mas é uma excepcionalidade. Na maioria das vezes a gente marca a reunião com o  
192 consentimento do Presidente e então geralmente o Presidente está presente. O trabalho do Presidente  
193 é a presidência das reuniões e a relatoria dos temas quando eles saem da câmara, a relatoria dos  
194 temas ou na relatoria quando passa o tema na plenária. Ele pode delegar se a relatoria para alguma  
195 outra pessoa mas também do ponto de vista do regimento é sua responsabilidade a relatoria dos temas  
196 que saem da sua Câmara. Então pergunto se alguma entidade aqui presente quer a presidência da  
197 Câmara.

198  
199 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

200  
201 Bom, eu quero colocar meu nome para exercer a presidência dessa Câmara. Eu tenho participado no  
202 CONAMA já há sete anos, participo das discussões sobre as áreas de APPs que estão inseridos dentro  
203 dessa Câmara desde 2001, quando foram construídas as resoluções 302 e 303, e fui relator dessa  
204 Câmara no ano passado na presidência do Oswaldo. Eu sou Engenheiro Florestal com especialização  
205 em gestão ambiental e milito na área há mais de 35 anos nessa área ambiental, e eu gostaria de  
206 colocar meu nome à apreciação dos colegas Conselheiros dessa Câmara.

207  
208 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

209  
210 Meu nome é Louise Ritzel e eu gostaria de colocar para votação então a representação do Ministério do  
211 Planejamento como Presidente da Câmara. Nós participamos da composição da representação do  
212 Ministério do Planejamento como suplente porque, por sermos da SPU Secretaria do Patrimônio da  
213 União que tem uma atuação que nós entendemos fundamental neste governo no processo de  
214 ordenamento do território e também de proteção da biodiversidade. Para quem não conhece a atuação  
215 da SPU Secretaria do Patrimônio da União ela é gestora dos imóveis, do patrimônio imobiliário da união  
216 e na atual gestão a gente tem feito uma mudança de política na atuação da especializando a SPU como  
217 missão a utilização dos imóveis da união para apoio dos programas estratégicos para união, estados e  
218 municípios, e especialmente para a utilização socioambiental desse patrimônio da união. Nós  
219 entendemos que todos os Ministérios que têm relação com o ordenamento territorial que são Ministério  
220 do Exército, Ministério da Integração Nacional. O próprio Ministério do Planejamento representado aqui  
221 pela SPU são entidades que estão coligadas, digamos, nesse momento para dentro do CONAMA poder  
222 realmente atuar de forma a estrutura melhor o ordenamento do território e a proteção da biodiversidade.  
223 Então, na verdade é assim, o nosso interesse em presidir esta comissão, está na medida em que nós  
224 estamos trabalhando nesse sentido dentro do governo e nos interessa fortalecer essas políticas do  
225 governo que têm interface dentro do CONAMA. Então, fazem parte do patrimônio da união além das  
226 terras indígenas e florestas e áreas de preservação nacional e a faixa litorânea e a margem, as  
227 margens dos rios federais, uma faixa do litoral, eu acho que todos sabem quais são as áreas, imagino  
228 de domínio da união. E a SPU dentro do Ministério do Planejamento tem atuado de forma bastante  
229 incisiva neste governo e a nossa política de ordenamento dessas áreas de forma a realmente contribuir  
230 tanto para a preservação ambiental como para o desenvolvimento local. Então, nós entendemos a  
231 importância desta comissão e a importância de presidirmos esta comissão, para contribuir melhor neste  
232 esforço de ordenamento territorial.

233  
234 **Dominique Louette – Assessora Técnica da Secretaria Executiva do CONAMA**

235  
236 Bom, então como temos dois candidatos, eu vou passar a cédula para que vocês votem. Temos três  
237 votos para o Setor Florestal e dois votos para o Ministério do Planejamento. Então, a presidência passa  
238 a ser do Setor Florestal com a Vice-Presidência do Ministério do Planejamento. Então como já tem o  
239 Presidente, eu vou ceder a palavra ao Presidente para que ele conduza os trabalhos.

240

241 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

242  
243 Então primeiramente eu quero agradecer a confiança depositada, para que a gente possa e isso aqui é  
244 um colegiado, isso não depende só do Presidente. Nós temos um grande desafio aí a começar pela  
245 nossa agenda. Eu gostaria de ter a agenda, Dominique. Bom, vamos ao trabalho. Essa é a finalidade  
246 que aqui estamos. Nós temos na nossa pauta iniciando, tem alguém que gostaria de fazer alguma  
247 sugestão de mudança de pauta? Bom, não tendo nenhuma proposta de alteração da pauta, então  
248 vamos ao primeiro processo que é processo de parcelamento de solo parcialmente implantadas de  
249 corrente regular de procedimento antes da publicação da lei 780389 no que se refere à APP. O  
250 interessado é o plenário do CONAMA e existe aqui um resumo dos antecedentes, mas o que eu me  
251 lembro na última reunião, a ANAMMA ficou de conduzir essa discussão aqui dentro da Câmara.

252  
253 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

254  
255 Na verdade o Grupo de Trabalho foi instalado em junho de 2006 e aconteceram duas reuniões. Na  
256 última reunião da Câmara Técnica em abril a ANAMMA solicitou que fossem suspensos os trabalhos  
257 até que acontecesse um congresso do direito ambiental, que já aconteceu, um encontro nacional da  
258 ANAMMA que vai acontecer em agosto e o seminário nacional sobre APP que vai acontecer em  
259 setembro. Então o acordo foi que passados esses três congressos ou seminários, a ANAMMA  
260 elaboraria uma minuta inicial e aí a minuta inicial da ANAMMA chegando aqui na Câmara seriam  
261 retomados trabalhos do Grupo de Trabalho.

262  
263 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

264  
265 Perfeito, mas eu gostaria de ouvir o representante da ANAMMA a respeito disso e depois eu passo para  
266 o Elvison do MAPA pede a palavra, mas primeiro vamos ouvir a nossa colega da ANAMMA.

267  
268 **Elvison Nunes Ramos – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

269  
270 Só uma questão de lógica. Elvison do Ministério da Agricultura. Eu acho que antes de passar para o  
271 primeiro item das magt iers em tramitação tem aqui o item cinco que é indicação do relator da Câmara  
272 técnica eu acho que é importante.

273  
274 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

275  
276 Mas aqui no artigo, isso que eu gostaria de uma explicação no artigo 25 do regimento interno no  
277 parágrafo segundo diz: - Os presidentes das Câmaras Técnicas designarão entre os seus membros o  
278 relator para reuniões e matérias que serão objeto de discussão e deliberação nas mesmas. Então não  
279 cabe da eleição uma indicação. Alguém gostaria de se disponibilizar para fazer a relatoria da Câmara?

280  
281 **Elvison Nunes Ramos – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

282  
283 Na realidade eu penso que conforme o regimento interno, cada processo tem sua relatoria específica  
284 em função do interesse das entidades aqui envolvidas naquela matéria. Me parece que o procedimento  
285 agora colocado por esse processo, a ANAMMA parece que já se posicionou anteriormente.

286  
287 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

288  
289 Cada assunto específico nós indicaríamos então o relator para aquele assunto específico, é isso? Está  
290 de acordo? Pode ser feito assim, Dominique?

291  
292 **Dominique Louette – Assessora Técnica do CONAMA/MMA**

293  
294 Eu acho importante designar um relator da Câmara pela razão seguinte. Na verdade teoricamente o  
295 relator deveria fazer o resultado ou ata da reunião. O que acontece é que normalmente a Secretaria  
296 Executiva é que faz, mas ela faz e tem que submeter ao Presidente e ao relator que fazem essas  
297 alterações e dão seu de acordo. Porque senão fica muito pesado, fica muita responsabilidade nossa  
298 fazer o resultado sem ter pelo menos dois Conselheiros da Câmara que dizem não, foi isso mesmo que  
299 foi dito na Câmara. Então na verdade para mim seria importante designar o relator e que esse relator

300 basicamente faça isso. A revisão dos resultados e seu de acordo com o presidente sobre os resultados  
301 da Secretaria Executiva.

302  
303 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

304  
305 Perfeito, mas nós faríamos relatório individual para cada processo a ser discutido?  
306

307 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

308  
309 Não, para a reunião.

310  
311 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

312  
313 Para a reunião, OK.

314  
315 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

316  
317 Seria relator da Câmara, independente dos relatores de cada processo.

318  
319 **Sara Juarez Sales - ANAMMA NACIONAL**

320  
321 Se não se importar, tudo bem a ANAMMA pode ficar com a relatoria.

322  
323 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

324  
325 Perfeito. Alguma objeção? Perfeito. Então, a palavra com a representante da ANAMMA para que ela  
326 fizesse uma colocação a respeito desse processo sobre o parcelamento do solo.

327  
328 **Sara Juarez Sales – ANAMMA NACIONAL**

329  
330 Conforme foi deliberado na última reunião realmente foi adiada a ação dessa minuta para outubro, na  
331 verdade aconteceu já o primeiro seminário que havia sido solicitado em função do qual havia sido  
332 solicitado adiamento, que foi o congresso internacional de direito ambiental daquilo que a gente vinha  
333 discutindo na questão de parcelamento do solo, e por enquanto nada houve de alteração em termos de  
334 conceituação e informações que pudesse contribuir. Inclusive, eu trouxe o material e eu gostaria de  
335 deixar esse material com os Conselheiros. Eu trouxe a programação do encontro da ANAMMA que vai  
336 acontecer agora dia 31 de julho em Recife. Eu trouxe a programação do encontro da ANAMMA que vai  
337 acontecer, vai ter uma parte também que tratamos da questão das APPs, e tem um seminário que  
338 vale a pena acessarem que é um Seminário Nacional Sobre Áreas de Preservação Permanente e Meio  
339 Urbano e Restrições Ambientais do Parcelamento do Solo que vai acontecer entre os dias quatro e sete  
340 de setembro tem um link, é uma composição de vários parceiros e entre eles a Associação Nacional de  
341 Municípios e Meio Ambiente, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento  
342 Urbano e Regional, o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Área de  
343 Concentração de Hábitat; Programa de Pós-Graduação e Urbanismo da PUC de Campinas Grupo de  
344 Pesquisa Agrourbano e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade  
345 Federal do Rio de Janeiro, o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de  
346 Minas Gerais e o Programa de Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do  
347 Rio Grande do Norte. O link para acessar informações é o [www.fao.usp.br/appurbana2007](http://www.fao.usp.br/appurbana2007). Esse  
348 seminário está distribuído em três temas, uma mesa redonda um que vai discutir questão ambiental e  
349 perspectiva para o século 21 uma mesa redonda dois que é preservação ambiental em meio urbano e  
350 então uma terceira que se discutirá paradgmas e práticas aos corpos de água urbanos em áreas  
351 consolidadas e área de expansão. Montei também intervenções em APP, e será um seminário bastante  
352 interessante que muito tem a contribuir para nossa formulação da nossa minuta ser apresentada aqui  
353 em outubro. Por isso que é da importância de se esperar um pouco essa discussão para que todos  
354 tenhamos um pouco mais de conteúdo e entender um pouco mais essa lógica dessa discussão entre  
355 área urbanistas em relação à conservação ambiental nas APPs. Foi isso por enquanto é o que nós  
356 temos de informação. É [www.fao.usp.br/appurbana2007](http://www.fao.usp.br/appurbana2007). Tudo junto.

357  
358 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

359

360 Perfeito. E existe também se não me engano dois projetos de lei tratando desse assunto, tramitando no  
361 Congresso Nacional. E até acho que dentro das nossas discussões aqui havia um apelo para que a  
362 gente pudesse aguardar. Estão acompanhando esses projetos de lei? Eu não me lembro quais os  
363 números, mas eu sei que existem projetos de lei sobre esse mesmo assunto, e inclusive nesse ano tem  
364 dois projetos de lei na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável tratando desse  
365 assunto de parcelamento urbano. A ANAMMA está acompanhando esses processos.

366  
367 **Sara Juarez Sales – ANAMMA NACIONAL**

368  
369 Nós temos acompanhado com várias cidades. A pessoa que tenho acompanhado mais de perto é o  
370 município de Belo Horizonte que teve aqui já na outra reunião a Cintia, ela também continuará  
371 acompanhando junto aqui a Conselheira, e agora mesmo informações para passar aqui a você agora  
372 nesse momento eu não tenho. Mas ela estará acompanhando e seguramente ela está a par desses  
373 processos.

374  
375 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

376  
377 Perfeito. Eu acho que se todos os Conselheiros concordarem eu acho que seria interessante que a  
378 ANAMMA na próxima reunião da nossa Câmara Técnica, eu acho que muitas pessoas aqui não  
379 acompanharam essa discussão dessa proposta, para que os Conselheiros pudessem se integrar nessa  
380 discussão. Acho que seria muito interessante e inclusive o encaminhamento desses dois projetos de  
381 lei, eu não sei se são dois, três ou mais, que estão se discutindo sobre o mesmo assunto. Os  
382 Conselheiros gostariam de fazer alguma colocação a respeito desse assunto? Bom, não tendo, vamos  
383 prosseguir então para o item 6. 2.

384  
385 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA**

386  
387 Só uma coisinha, o Grupo de Trabalho originalmente era coordenado pelo Ministério da Justiça que  
388 fazia parte dessa Câmara. O Ministério da Justiça não faz mais parte da Câmara então a gente  
389 precisaria designar uma nova entidade que coordenaria esse grupo de trabalho quando ele fosse  
390 retomado. O grupo de trabalho era coordenado pelo Ministério da Justiça e a relatoria era da  
391 ANAMMA. A gente precisaria ou redefinir os dois ou pelo menos redefinir a coordenação.

392  
393 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

394  
395 OK. Quem gostaria de coordenar esse GT? Temos voluntários ou vamos ter que democraticamente  
396 designar? Seria muito interessante, talvez o Ministério do Planejamento que tem todo um envolvimento  
397 territorial, eu acho que seria importante.

398  
399 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

400  
401 Então, o Ministério do Planejamento se candidata.

402  
403 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

404  
405 OK e a relatoria continuaria com a ANAMMA.

406  
407 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

408  
409 E a secretaria tem acompanhado esse processo por conta do nosso trabalho com regularização  
410 fundiária em áreas de APPs.

411  
412 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

413  
414 OK, então fica assim o Ministério do Planejamento fica na coordenação do grupo de trabalho e a  
415 ANAMMA permanece na relatoria. E na próxima reunião já poderíamos agendar então que a  
416 Conselheira da ANAMMA pudesse disponibilizar o pessoal que está tratando desse assunto para que  
417 viessem dar maiores informações aos Conselheiros e aos participantes dessa Câmara. Então, vamos  
418 prosseguir ao item 6.2 que é o processo 02000.00926/2005-43 que trata da regulamentação de  
419 possibilidades de conversão de novas áreas conforme o previsto na Medida Provisória número 2166/67

420 de 24 do 08 de 2001. O interessado é o plenário do CONAMA. Dominique você gostaria de fazer um  
421 retrospecto?  
422

423 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA**  
424

425 Essa proposta de Resolução visa regulamentar o artigo 37 da Medida Provisória 2166 que alterou o  
426 código florestal. Houve no começo na Câmara técnica uma discussão se essa regulamentação teria  
427 que passar via decreto ou via Resolução do CONAMA. A consultoria jurídica do Ministério disse que  
428 qualquer uma das duas poderia fazer essa regulamentação. Acontece que foi publicada em dezembro  
429 de 2006, o decreto 5975 de 2006, que trata no seu capítulo terceiro desse tema. Nós fizemos uma  
430 consulta na consultoria jurídica para saber se esse decreto realmente regulamentaria tudo que teria que  
431 ser regulamentado. A resposta que nos foi dada é que restariam coisas a serem regulamentadas. Mas  
432 não me chegou ainda o detalhe de quais seriam esses tópicos. Então a questão seria de manter esse  
433 grupo de trabalho, esperar que a consultoria indique em detalhe quais seriam os aspectos que teriam  
434 que ser regulamentados e aí o grupo de trabalho se focasse nesses aspectos que restam a ser  
435 regulamentados a partir da publicação do decreto.  
436

437 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
438

439 Eu inclusive era o coordenador desse grupo, a proposta se originou no IBAMA, mas foi uma proposta  
440 muito infeliz e o próprio IBAMA não pode sustentá-la nas discussões aqui da Câmara. Aí estava se  
441 construindo esse decreto. Então eu solicitaria para que a Conjur pudesse comparecer aqui na próxima  
442 reunião da Câmara, porque senão nós vamos ficar com esses assuntos totalmente soltos, para que ele  
443 pudesse vir aqui e pudesse nos relatar realmente dentro da visão jurídica se o decreto atende a esse  
444 preceito do artigo 37, porque já está incorporado no código florestal que é o 37 A que trata desse  
445 assunto. Então eu solicitaria então que providenciasse a convocação da Conjur do MMA para que  
446 pudesse nos dar devidas explicações a respeito.  
447

448 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
449

450 A idéia era trazer alguém da Conjur, mas estamos em reestruturação e não temos um consultor jurídico,  
451 não temos mais um consultor jurídico no Ministério. Por isso que não pude trazer o consultor.  
452

453 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
454

455 Talvez para a gente não perder o conteúdo, um convite ao doutor Gustavo seria muito interessante,  
456 pois ele tratou disso, e eu sei que ele já está fora, mas como convidado eu acho que ele teria uma  
457 grande contribuição a nos dar aqui, porque ele estava intimamente ligado com esse assunto. Os  
458 Conselheiros gostariam de fazer alguma colocação a respeito desse assunto? O pessoal que participa  
459 da reunião, alguém gostaria de fazer alguma colocação ?  
460

461 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
462

463 Nesse caso também a coordenação era da CNI, você como representante da CNI passaria a ser Setor  
464 Florestal?  
465

466 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
467

468 Exato. Item 6.3 processo número 02000.001001/2005-10. Criação do Grupo de Trabalho em  
469 atendimento ao artigo nove da Resolução do CONAMA 347 de 2004, proteção do patrimônio  
470 espeleológico. Interessado plenário do CONAMA. Você gostaria de fazer Dominique algum  
471 comentário?  
472

473 **Dominique Louette – Assessora Técnica do CONAMA/MMA**  
474

475 É, a Resolução 347 de 2004 que trata do patrimônio espeleológico no seu artigo nove justamente  
476 solicita que se constitua um GT Interministerial para elaborar critérios complementares para  
477 caracterização da relevância de que trata o artigo segundo, inciso segundo da Resolução. Esse grupo  
478 de trabalho foi criado por portaria, mas até agora não foi instalado. Na última reunião da Câmara  
479 Técnica o responsável por esse coordenador veio e explicou, deu detalhes de porque esse grupo de



480 trabalho não tinha sido instalado e ficou de encaminhar por escrito, mas essa explicação não chegou. E  
481 houve uma deliberação da Câmara que a Câmara Técnica encaminharia uma carta à Ministra como  
482 presidente do Conselho solicitando à não criação de um grupo que foi criado por portaria do qual  
483 depende para regulamentação final da nossa Resolução. Então, eu queria ver se a Câmara Técnica  
484 continua com essa intenção e nesse caso saber quem faria a minuta que eu encaminharia para a  
485 Ministra.

486  
487 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

488  
489 Eu pergunto aos Conselheiros se a gente mantém a decisão que a Câmara Técnica havia tomado, os  
490 Conselheiros participavam dessa comissão na última gestão, ou que se tomem outras medidas e quais.  
491 Se identificando, por favor.

492  
493 **Márcia Quadrado – Ministério do Desenvolvimento Agrário**

494  
495 Márcia Quadrado, MDA. Em primeiro lugar eu gostaria de pedir desculpas pelo atraso, uma outra  
496 agenda impossibilitou minha chegada no horário. Eu acredito que nós deveríamos manter a consulta à  
497 Ministra Marina no sentido de viabilizar a instalação desse referido GT.

498  
499 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

500  
501 Perfeito. Mais alguma? Pois não.

502  
503 **Raimundo Costa Filho – Governo do Estado de Roraima**

504  
505 Raimundo Costa Filho, Representante do Governo do Estado de Roraima. Bom, também sou a favor  
506 que se mantenha essa decisão da formação anterior da referida Câmara Técnica.

507  
508 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

509  
510 Bom, então diante disso, eu solicitaria então, eu acho que a própria assessoria da Câmara poderia  
511 fazer, porque esse é um ofício tranqüilo, é questão de informação pedindo à Ministra, perguntando  
512 porque não foi instalado. Então, manteríamos a mesma decisão da Câmara passada. Tem algum  
513 problema Dominique?

514  
515 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

516  
517 Não, nesse caso você faria a minuta ou como é que a gente faria?

518  
519 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

520  
521 Podemos fazer juntos ou a relatora pode... Podemos encaminhar isso sem problemas.

522  
523 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

524  
525 Nesse caso sairia como um ofício da secretaria assinada pelo Nilo, mas de ordem do Presidente da  
526 Câmara.

527  
528 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

529  
530 Exatamente. Eu acho que quem tem que dirigir o ofício à Ministra é o diretor do CONAMA por uma  
531 solicitação da Câmara Técnica, OK? Mais alguma colocação a respeito desse assunto? Então vamos  
532 prosseguir ao item 6.4, processo número 0200. 001267/2005-62, que trata das normas para  
533 padronização dos procedimentos de monitoramento, tratamento e análise e sistematização dos dados  
534 para elaboração dos relatórios de qualidade ambiental da zona costeira. Interessado é a Casa Civil.  
535 Dominique, você poderia fazer um resumo ?

536  
537 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

538

539 Essa Resolução vem atender ao decreto 5300 de 7 de dezembro de 2004 que regulamenta a lei 7661  
540 de 16 de maio de 68, que dispõe sobre regras de uso de zona costeira e dispõe critérios de gestão da  
541 orla marítima e dá outras providências. Nesse decreto no artigo 38 indica que compete ao MMA em  
542 articulação com o IBAMA definir a metodologia e propor ao CONAMA normas para padronização dos  
543 procedimentos de monitoramento, tratamento, análise e sistematização dos dados para elaboração do  
544 relatório de qualidade ambiental da zona costeira, no prazo de 360 dias a partir da data de publicação  
545 desse decreto. Já temos um ano e meio de atraso. Em várias reuniões da Câmara Técnica foi  
546 solicitada a relatoria do MMA e do IBAMA, para que explicassem em que pé estão os trabalhos, e na  
547 última reunião o MMA encaminhou vários documentos que estão no processo, que estão  
548 disponibilizados na página, justamente dando a posição e a situação na qual estão os trabalhos atuais.  
549 Foi novamente solicitado ao MMA e IBAMA, que todas as reuniões ou seminários que fossem  
550 organizados nesse tema fosse dada a informação para a Câmara Técnica para que ela pudesse  
551 participar. Então, o que eu proponho é que também da Câmara Técnica vá um ofício para o MMA  
552 reforçando essa solicitação que já foi feita verbalmente várias vezes, mas que nunca foi feita por escrito  
553 ainda. Então, basicamente temos atraso, mas pelo o que sabemos está sendo feito trabalho, está  
554 adiantado o trabalho que será encaminhado ao CONAMA mais tarde.

555  
556 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

557  
558 Eu participei dessa última reunião e o Presidente da Câmara o Rosalvo do Ministério da Integração fez  
559 uma imposição muito severa ao Ministério do Meio Ambiente e também ao IBAMA, porque ele procurou  
560 várias vezes os coordenadores, tanto do IBAMA como do MMA a respeito disso e insistindo com a  
561 apresentação desses trabalhos e eles não haviam sido entregues dentro do prazo que havia sido  
562 solicitado. Então, eu acho que o encaminhamento se todos concordarem é o mesmo encaminhamento  
563 que nós demos para aquela outra situação aqui, de fazer uma solicitação que o Ministério e o IBAMA na  
564 próxima reunião, primeiro se encaminhe também um ofício do diretor do CONAMA para que esse  
565 pessoal possa vir nos fazer uma apresentação, prestar conta a respeito desse relatório. Alguém teria  
566 mais alguma colocação a se fazer? Isso tinha sido uma decisão. Eu estranho, porque esse ofício ainda  
567 não foi do CONAMA porque isso já foi uma decisão da Câmara passada na última reunião que nós  
568 fizemos. Em dezessete de abril.

569  
570 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

571  
572 A decisão não tinha sido a de fazer um ofício, a gente solicitou na reunião que isso fosse encaminhado,  
573 os documentos fossem encaminhados e fosse avisado a Câmara Técnica quando houvesse o  
574 seminário. Isso está no processo e está disponível na página o que não fizemos foi a solicitação por  
575 escrito que qualquer seminário fosse informado e aí que eu acho que devemos passar isso por escrito  
576 agora. Já foi pedido várias vezes em que foram convidados vieram, houve relatoria, mas nunca houve  
577 consequência depois.

578  
579 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

580  
581 Perfeito. Eu consulto aos Conselheiros, se não era necessário solicitar que os autores do relatório  
582 pudessem nos apresentar na próxima reunião esse relatório que aqui está. Até porque os relatórios  
583 geralmente se procede de perguntas e de esclarecimentos. E então acho que a gente teria uma  
584 objetividade maior com a presença aqui na nossa reunião. Eu queria colocar isso para apreciação dos  
585 Conselheiros, se todos concordam com esse procedimento.

586  
587 **Elvison Nunes Ramos - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

588  
589 Eu penso que os esclarecimentos são necessários para o andamento do processo em si sob pena da  
590 gente ficar amarrado aqui. Eu acho que a socialização do esclarecimento do processo como ele anda,  
591 para a gente seria de extrema importância para dar seqüência.

592  
593 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

594  
595 Perfeito. Então Dominique, eu acho que mesmo o encaminhamento para solicitação dos seminários  
596 para que na próxima reunião esse pessoal pudesse vir fazer ao vivo e a cores a apresentação do  
597 relatório.

598

599 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

600  
601 Nesse mesmo ofício faríamos a reiteração da necessidade de participar dos seminários e tal e também  
602 solicitar a vinda de alguém.

603  
604 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

605  
606 OK. Temos concordância com isso? OK. O pessoal do plenário gostaria de fazer alguma posição?  
607 Então prosseguimos. É o 6.5, o processo 02000.00014/2007-33. Recomendação aos órgãos  
608 competentes do SISNAMA, especialmente o MMA e ao CONAMA para que ampliem suas discussões  
609 acerca da formulação de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Interessado o Ministério de  
610 Integração Nacional. Dominique você podia fazer o relato?

611  
612 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

613  
614 Essa recomendação encaminhada pelo Ministério da Integração solicita que a gente na verdade crie um  
615 grupo de trabalho para acompanhar o trabalho interministerial que trabalha sobre o assunto. Na última  
616 reunião foi criado esse grupo de trabalho e a coordenação ficou pelo Ministério da Integração e a  
617 relatoria pela CNI. Vieram aqui duas pessoas do Ministério da Integração, em particular quem tinha  
618 sido designado como coordenador do grupo de trabalho, para fazer uma exposição e explicar do que se  
619 trata e a gente então dar um escopo bem preciso para esse grupo de trabalho. Então a primeira  
620 pergunta seria: - A coordenação tinha ficado a cargo do Ministério da Integração que não faz mais parte  
621 da Câmara. Isso não impede que a gente designe alguém do Ministério da Integração para continuar  
622 coordenando. Então tem duas opções. Ou a coordenação é retomada por alguma outra entidade aqui  
623 da Câmara Técnica ou então se mantém a coordenação que tinha sido definida anteriormente.

624  
625 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

626  
627 Bom, vamos ouvir os Conselheiros a respeito desse assunto.

628  
629 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

630  
631 Louise do Ministério do Planejamento. Eu entendo que a coordenação poderia ficar com o Ministério da  
632 integração nacional, uma vez que ele também coordena o grupo interministerial que trata, estou  
633 olhando para a Simone do Ministério do Planejamento que também participa, mas enfim, é onde está a  
634 função do ordenamento territorial também.

635  
636 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**

637  
638 Meu nome é Wilson Torres Filho do Ministério da Integração, e aqui comigo está o Gerson Bevenuto  
639 que também é da nossa coordenação. Na verdade a coordenação do GTI cabe à Casa Civil. O  
640 Ministério da Integração faz a Secretaria Executiva do GTI. Agora, se o senhor me permite, Presidente,  
641 eu recomendaria que fossem passados todos os itens da pauta e a gente poderia deixar a discussão da  
642 PNOT a gente pode fazer uma apresentação rápida se for necessário, e o que nós já pensamos sobre o  
643 GT após o final disso, assim não interrompe esse andamento, e a gente pode discutir isso mais à  
644 vontade.

645  
646 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

647  
648 Eu vou sugerir ao contrário. Eu vou lhe explicar porquê. A nossa pauta, todos os assuntos e eu acho  
649 que nós devemos concluir ainda pela manhã, se a gente avançar até uma hora da tarde, então seria  
650 importante se pudessem fazer já, porque senão nós vamos ficar cansados e sua apresentação lá no  
651 final uma hora da tarde todo mundo com fome querendo sair e acho que seria interessante que se  
652 fizesse uso da palavra agora.

653  
654 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

655  
656 Por isso eu defendo a coordenação, que a coordenação permaneça com o Ministério da Integração.

657  
658 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

659  
660 Eu gostaria de sugerir então que o Ministério da integração permanecesse na discussão como  
661 coordenador do GT e a relatoria estava com a CNI. A CNI também não faz mais parte da nossa  
662 Câmara, e eu queria deixar em aberto para que algum dos Conselheiros se candidatasse  
663 voluntariamente a pegar a relatoria desse GT.

#### 664 665 **Raimundo Costa Filho – Governo do Estado de Roraima**

666  
667 Raimundo Costa Filho, Representante do Governo do Estado de Roraima. O Governo do Estado de  
668 Roraima aceita a relatoria.

#### 669 670 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

671  
672 Então passaríamos à relatoria e a coordenação do GT ao Ministério da Integração com a relatoria do  
673 Governo de Roraima.

#### 674 675 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**

676  
677 Eu acho que seria conveniente uma explicação rápida de todo esse processo que culminou com a  
678 criação de grupo de trabalho interministerial para formulação da Política Nacional de Ordenamento  
679 Territorial. Na verdade, essa questão do ordenamento territorial entrou em discussão na agenda  
680 política a partir do artigo 21, parágrafo 9 da constituição de 88, que diz literalmente e textualmente: -  
681 “Compete à união elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenamento do território e de  
682 desenvolvimento econômico social.” Para que isso acontecesse, então foram tomadas algumas  
683 medidas como, por exemplo, em 1990 a primeira ação concreta foi a criação da Secretaria de Assuntos  
684 Estratégicos que tinha uma diretoria de ordenação territorial. A estratégia básica dessa diretoria estava  
685 centrada no ZEE, e eles achavam que o Zoneamento Ecológico Econômico era o ordenamento  
686 territorial, e em 99 essa secretaria foi extinta e a transferência das atribuições referentes ao ZEE passou  
687 para o Ministério do Meio Ambiente. E a partir daí sem dúvida, eles vem sendo realizados de forma  
688 sistemática em parceria com os estados em diversos órgãos do Governo Federal e inclusive acho que  
689 para a região amazônica ele já está concluído com destinação de uso do solo, e acho que está até bem  
690 detalhado. Entretanto, isso restringe-se apenas à Amazônia Legal. O resto do país não tem um  
691 Zoneamento Ecológico Econômico completo. Está sendo feita alguma coisa na Região Nordeste, mas  
692 ainda não se definiu, não se atribuiu destinações de uso do solo para a Região Nordeste, o que a gente  
693 tem da região Nordeste é aonde foi feito o ZEE e aonde não foi feito. E a partir daí a coordenação  
694 dessas ordens não tiveram uma clara definição de responsabilidade em termos do que é o  
695 ordenamento territorial e Zoneamento Ecológico Econômico. Não se sabe direito, existe aí uma área  
696 cinzenta e nebulosa que algumas pessoas dizem é ordenamento e o ordenamento, mas e o que não é  
697 ZEE é ordenamento ou não é? Então se caiu-se nesse impasse. Então a partir de 2003 essa lei que  
698 estabeleceu atribuições de cada Ministério conferia ao Ministério da Integração e Ministério da Defesa a  
699 responsabilidade sobre o ordenamento territorial então a primeira coisa que nos foi dita foi o seguinte.  
700 Vamos definir esse negócio o que é o ordenamento territorial e para que serve. Então em 2004 o  
701 Ministério da Integração Nacional iniciou um processo de formulação de uma proposta de Política  
702 Nacional de ordenamento territorial. O Rosalvo que muitos de vocês conhecem foi o primeiro técnico  
703 do Ministério a se envolver nisso, e durante muito tempo esteve sozinho nisso. O ordenamento  
704 territorial lá dentro era confundido com Rosalvo e vice-versa, porque ele era a única pessoa que tinha  
705 atribuição a responsabilidade, e inclusive, principalmente a motivação para lidar com essa questão do  
706 ordenamento territorial. Demorou dois anos para fazerem um termo de referência e contratar alguém  
707 para realizar um diagnóstico. Em 2003 começou o processo e foi definido pela lei e em 2004 e 2005 se  
708 arrestou a formulação do termo de referência, e no final de 2005 foi contratado o Centro de  
709 Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília para conduzir esse estudo. Em 2006  
710 terminou esse documento base para definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial e que  
711 isso está disponível no site do Ministério da Integração. A gente tem versões impresas. Esse  
712 documento já tem isso em CD e tem na página do Ministério também. O marco conceitual que a  
713 consultoria estabeleceu foi que considerou território a extensão ou base geográfica do estado, sobre a  
714 qual exerce soberania e que compreende todo o solo ocupado pela nação e inclusive ilhas que lhe  
715 pertencem, rios, mares, lagos, interiores, águas adjacentes golfes e Baías, e mares que lhe banha as  
716 costas e constitui suas águas territoriais além do espaço aéreo correspondente além do próprio  
717 território. Então, a primeira coisa que se discutiu, inclusive isso tem o aval do Ministério da Defesa e  
718 está certo, o território é isso, é sobre isso que nós estamos falando em ordenar. Agora, o que é o

719 ordenamento territorial? Então, se chegou à conclusão que o ordenamento territorial é regulação das  
720 ações que tem impacto na distribuição da população, das atividades produtivas e dos espaços de  
721 conservação ambiental e das áreas consideradas de interesse para a segurança do território nacional,  
722 dos equipamentos e não só da distribuição, na verdade isso era para estar cortado. Suas tendências.  
723 É distribuição e tendências de todas essas variáveis, assim como a delimitação de territórios, segundo  
724 uma visão estratégica considerando as ofertas e restrições mediante articulação institucional e  
725 negociação de múltiplos atores. A perspectiva normativa estratégica que está norteando a PNOT, é que  
726 o ordenamento territorial é um conjunto de arranjos formais funcionais e estruturais que caracterizam  
727 espaço associados aos processos econômicos sociais políticos e ambientais que lhe deram origem. O  
728 diagnóstico da consultoria apontou para seis dimensões de análise. Então se considerou, os principais  
729 padrões de uso e ocupação do território nacional e suas principais tendências de transformação, dentro  
730 dos padrões estão incluindo as características ambientais. A situação das terras em poder da união, a  
731 logística do território e das corporações e as experiências nacionais e internacionais, as principais  
732 ações e instrumentos setoriais e multisetoriais em vigência no país em relação com o ordenamento  
733 territorial. E uma análise do aparato institucional e jurídico legal. Essas seis dimensões deram origem  
734 a que fosse feito diagnóstico por dimensão mesmo. A primeira dimensão político institucional constatou  
735 o seguinte uma forte desarticulação e dispersão da ação do estado na gestão integrada do território.  
736 Desarticulação entre as políticas setoriais com impacto territorial e dificuldade para o estado na  
737 promoção da integração espacial dos fluxos econômicos. Bom, na verdade o que a gente constatou é  
738 o seguinte. Dentro do mesmo Ministério tem cinco secretarias fazendo a mesma coisa no mesmo lugar  
739 uma não fala com a outra uma não sabe qual impacto pode ter sobre ações da outra, ou seja, não se  
740 conversa se trabalha excessivamente, compartimentado e como se fosse a minha secretaria ou a minha  
741 coordenação dentro da secretaria a única que atua no resto do mundo. Não existe mais ninguém. Isso  
742 tem realmente implicações numa situação, numa questão tão transversal como ordenamento territorial a  
743 questão de dimensão econômica das atividades econômicas ao longo do litoral nas áreas  
744 metropolitanas e nas regiões Sul e Sudeste. A questão logística se concluiu que o território é dominado  
745 por grandes empresas que incorporam, submetem ou territórios de grupos sociais menos poderosos,  
746 oposição e disparidade entre a logística das grandes empresas e produção familiar. Isso o pessoal do  
747 MDA à época orientou bem a gente nessa discussão. O CDS nas discussões que nós apresentamos  
748 essa proposta porque essa versão aí já é fruto de alguns debates com outros Órgãos do Governo com  
749 os Governos Estaduais e com a sociedade civil. Então chamaram a atenção para essa questão que  
750 ninguém estava entendendo muito claramente qual era a da logística. Então, a gente foi orientado,  
751 explicaram para ele que a logística na maioria das vezes em nada contribui ou não está integrada com  
752 a agricultura familiar. Se constata a concentração da malha rodoviária na faixa litorânea e em cima da  
753 concentração das atividades econômicas, ou seja, onde você tem um dinamismo econômico, áreas que  
754 tem atividade econômica mais intensa ali acompanha uma forte integração da rede logística. E a falha  
755 fríof possui uma distribuição desigual e é muito mal explorada no país. Baixa exploração da navegação  
756 hidroviária, a distribuição desigual da infra-estrutura de armazenagem, disparidade na distribuição  
757 territorial das redes de informação a longa distância, discrepância espacial crescente entre regiões  
758 produtoras e consumidoras de energia de origem hidroeétrica. Insuficiência de uma infra-estrutura de  
759 logística orientada para a integração continental. Essa parte de integração continental a gente tem que  
760 tomar muito cuidado, porque o Ministério da Defesa é extremamente sensível a isso. Tinha uma  
761 determinada fase da elaboração do estudo que se falava do ordenamento do espaço nacional o  
762 Ministério da Defesa tirou rapidinho, falou não pode falar nisso. Eles explicaram que se existe na  
763 fronteira entre o Brasil e Venezuela e Colômbia um parque nacional do lado do Brasil quem é o  
764 responsável por isso é o Governo Brasileiro, e do lado de lá é o Governo do outro país. Não existe uma  
765 área comum. Então eles não gostam inclusive dessa questão que se coloque essa questão de  
766 integração continental. Eles acham que isso acaba reforçando a visão imperial isto do país do  
767 continente. Esse é um assunto que mereceria uma discussão mais detalhada e está sendo tratada a  
768 esse âmbito no Grupo de Trabalho interministerial. Bom, aí também é um mapa que associa a malha  
769 de transportes e a densidade de população. Esse mapa eu acho que é evidente por si mesmo e não  
770 nos revela nada de novo. É uma constatação do óbvio. Coincide a malha rodoviária, a malha de  
771 transportes coincide com o adensamento da população. As redes de informação também coincidem  
772 aonde está a população mais concentrada e aonde principalmente você pega as áreas que tem uma  
773 economia, são áreas economicamente mais dinâmicas. A mesma coisa energia e densidade de  
774 população, a rede energia obedece à distribuição e concentração da população no território. Ou seja,  
775 aonde tem população, tem atividades produtivas e então ali nós vamos ter o que? A rede de  
776 distribuição de energia muito mais intensa. Na questão ambiental se chamou atenção para a questão  
777 do modelo de uso e ocupação do território brasileiro como sendo ambientalmente insustentável. E o  
778 forte desmatamento ao longo dos eixos de expansão da fronteira agropecuária. Aí então tem esse

779 mapa aí que eu acho que é de origem do Ministério do Meio Ambiente que foi incorporado no trabalho.  
780 Os principais domínios ecológicos do país versus os principais problemas que os afetam sem ordem de  
781 prioridades. Então se fala do desmatamento da Amazônia, ameaças de drenagem e de poluição na  
782 área do pantanal, a questão da desertificação no Nordeste, os desabamentos na Serra do Mar e o  
783 desflorestamentos dos últimos resquícios da Mata Atlântica. Isso aí também do ponto de vista mais  
784 macro da questão do ordenamento territorial na dimensão oriental constatou que aí existem ameaças  
785 para essas áreas, eu não empregaria o termo bioma ou ecossistema, mas áreas do território do nosso  
786 ponto de vista onde a gente se segura mais em que essas áreas do território que tem determinadas  
787 características naturais, estão com essas ameaças e esses riscos. Bom, aqui temos ecossistemas e  
788 sistema nacional de unidades de conservação. Esse mapa já está que a informação que a gente tem é  
789 que foram criadas mais já unidades. Unidades de conservação em terras indígenas, também acho que  
790 deve estar, a Simone pode ajudar nisso, esse mapa deve estar meio defasado. Então sem dúvida que  
791 se demarcaram mais territórios nos últimos tempos sem dúvida que esse mapa está desatualizado.  
792 Mas aí o que importa é o seguinte. É a forte concentração dessas áreas na região da Amazônia Legal.  
793 Então isso significa que o ordenamento territorial teria que ter estratégias diferenciadas para diversas  
794 partes do território nacional em função da existência ou não de áreas específicas como essas. Do  
795 ponto de vista fundiário territorial que essa dimensão até já sofreu uma alteração lá no GTI, mas como  
796 ainda não está muito claro como é que vai ficar, isso ainda está em discussão, vamos aceitar como  
797 sendo uma dimensão fundiário territorial, que se constata conflitos fundiários pelas propriedades e  
798 controle do território, predominância de grilagem e violência como forma conflitos entre organismos  
799 governamentais em relação a destinação do território, forte concentração populacional nas regiões  
800 litorâneas. Aí é a clássica dicotomia entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Minas e  
801 Energia porque às vezes aí a coisa chega a determinados impasses e tem uma jazida, ela foi licitada,  
802 foi leiloadada, mas ela está em cima de uma unidade de conservação e aí a unidade de conservação foi  
803 criada depois que a concessão, a mineradora foi feita e como é que fica isso? Então realmente existem  
804 muitos impasses nessa natureza e estou só citando um exemplo mais clássico entre o Ministério das  
805 Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente. Forte concentração populacional nas áreas  
806 litorâneas. Ou seja, aí a gente está pensando mais é nas áreas metropolitanas. Eu mesmo fui um dos  
807 que briguei dentro desse estudo porque a questão do ordenamento ZEE, como ela já vinha com o viés  
808 estava muito concentrado na Amazônia, áreas naturais e eu pergunto e o resto, a maioria da população  
809 brasileira está concentrada em áreas metropolitanas e urbanas e como é que fica isso? Então é  
810 nessas áreas que eu tenho outros problemas. Eu não tenho problema de grilagem a bala como eu  
811 tenho por exemplo na área da BR 163, mas eu tenho problemas sérios de ocupação e inclusive de  
812 grilagem em áreas urbanas. Então a questão metropolitana dentro do ordenamento territorial tem que  
813 ter um tratamento diferenciado e muito mais profundo em determinados aspectos do que essas própria  
814 questões de áreas de conservação. Existe mesmo dentro da proposta atual da PNOT, existe assim  
815 uma tendência a se concentrar em áreas naturais de preços erva ação só que a minha argumentação é  
816 a seguinte, onde é que tem mais gente morando. Sem dúvida é na faixa litorânea. E outra, em áreas  
817 urbanas então o espaço urbano está passando a ser devidamente mais considerado dentro dessa  
818 proposta da Política Nacional de Ordenamento Territorial. Outra coisa também são os fortes contrastes  
819 sócioeconômico entre as regiões Sul e Sudeste, Norte e Nordeste. A expressão desses contrastes para  
820 mim e fica claro eu acho que para todos vocês, que se refletem mais pela comparação entre a  
821 população muito mais dispersa no Centro-Oeste e no Norte e muito mais concentrada no Sul e Sudeste  
822 e mesmo no semi-árido se vocês pegarem a malha urbana da região Nordeste, vocês vão ver que é  
823 uma malha urbana densa. Com todas as dificuldades da vida no semi-árido, é uma malha urbana até  
824 integrada. E isso pressupõe o quê? Estratégias territoriais diferenciadas, porque está certo, o  
825 nordestino é um lascado só que se ele andar duas horas no lombo de jegue ele chega ao posto de  
826 saúde. Na região norte precisa de barco. Existem diferenças qualitativas e quantitativas entre os  
827 padrões de concentração das diversas áreas do país, que merecem um tratamento diferenciado não  
828 apenas na política, mas principalmente nas estratégias de implementação das ações de ordenamento  
829 territorial. Bom, aí a densidade de população e o crescimento das capitais, eu acho que também esses  
830 mapas são auto explicativos e evidentes por si mesmo e todos nós intuitivamente já saberíamos disso.  
831 A variação da população entre 70 e 2000. A população acaba variando mais do ponto de vista de  
832 redução entre algumas determinadas áreas do país e está crescendo mais em outras. Isso está  
833 associado a determinados fenômenos econômicos, expansão de fronteira agrícola. Esse tipo de  
834 reflexão, eu acho que está muito superficial e muito rasa nesse documento, também, eu não posso  
835 criticar foi só um diagnóstico, uma constatação muitas vezes do óbvio, mas uma política de  
836 ordenamento territorial teria que acompanhar sistematicamente e de forma muito detalhada esse tipo de  
837 padrão, essas tendências, porque eu vou começar a investir em escola rural numa área em que a  
838 população rural está indo embora, eu acho que isso aí seria um pouco irracional e de repente eu teria

839 que construir escolas em áreas rurais em outras regiões ou de repente o pessoal não está indo para o  
840 campo, está indo para a cidade, e então eu acho que esse tratamento das tendências demográficas, e  
841 principalmente da tendência se é para a área urbana ou rural é que deveria nortear basicamente as  
842 políticas territoriais não só de ordenamento, mas outras. Aqui os motores do desenvolvimento. Bom,  
843 eu mesmo tenho algumas questões com relação a esse mapa aí porque o eixo, fatores de dinamismo  
844 territorial. Eu acho que aquele fator chave que pega São Paulo, Belo Horizonte e vem até Brasília, eu  
845 acho que está errado e deveria se estender para o sul do país também, mas o autor do mapa diz que  
846 não, na avaliação dele os eixos dinâmicos são esses aí. Eu acho que no Nordeste algumas capitais  
847 também deveriam estar e não estariam integradas nesse eixo, mas deveriam estar sendo mais  
848 ressaltadas. Instrumentos de ordenamento territorial. A gente constatou que a inexistência de uma  
849 política de ordenamento territorial no país não significa a inexistência de políticas públicas setoriais que  
850 impactam o território. Instrumentos de ordenamento territorial. Na verdade nós temos instrumentos  
851 tipicamente de ordenamento territorial. Esses instrumentos mexem com o território. São inúmeros que  
852 nós constatamos. Eu peguei alguns que eu acho que são mais expressivos para a nossa discussão.  
853 Entre eles o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, a Política Nacional de Desenvolvimento  
854 Urbano, os Planos Diretores Municipais e seus Instrumentos de Gestão Territorial Urbana, o Plano  
855 Nacional de Recursos Hídricos, Planos Diretores de Bacias Hidrográficas e o Programa do Zoneamento  
856 Ecológico Econômico. Esses programas ainda que possam ser setoriais eles impactam e muito o  
857 território. Aliás, a função deles é impactar o território. Agora, nós temos instrumentos com  
858 rebatimento territorial. Exemplo. Programa Nacional de Micro Bacias Hidrográficas e Conservação de  
859 Solos na Agricultura. O Projeto de Gestão Ambiental Rural. O Programa de Modernização da  
860 Agricultura e Conservação de Recursos Naturais. A finalidade desses programas é meramente setorial,  
861 tem caráter setorial, tipicamente setorial. Entretanto, tem um forte reflexo sobre o território. Nós temos  
862 fundos que também tem um forte reflexo para o território. Fundos Constitucionais de Financiamento, o  
863 Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, o Fundo Nacional  
864 do Meio Ambiente. São fundos que ainda que sejam financeiros, o destino últimos deles é algum lugar  
865 e algum ponto do território. Que lugar é esse? É a região ao Nordeste, a região ao Centro-Oeste? Não  
866 importa. Para algum lugar ele vai e se ele for ele vai causar alguma alteração nos padrões de uso e  
867 ocupação daquele território. Ora, o Sistema Nacional de Conselho de Cidades, o Sistema Nacional de  
868 Planejamento, Consórcios Públicos Intermunicipais, eles são instrumentos de outra natureza, eles não  
869 são territoriais, mas acabam tendo um forte impacto no território. Principalmente, se a gente pensar em  
870 consórcios intermunicipais. Se o pessoal se organizar seis ou sete municípios e resolvem trabalhar de  
871 forma integrada, isso pode reverter os padrões territoriais que eu teria naquele conjunto, se uma  
872 microregião se todos os municípios dela se unificarem e partirem para um consórcio dentro da micro  
873 região, aquela microregião vai ter uma alteração dos padrões de uso e ocupação do território para o  
874 bem ou para o mal. Princípios. Os princípios isso a gente está segurando e não está abrindo mão são  
875 aqueles que são inspirados na constituição e nada, nunca, em tempo algum, jamais a Política Nacional  
876 de Ordenamento Territorial pode ferir a soberania nacional e comprometer a integridade territorial.  
877 Jamais ela vai poder interferir no processo de inclusão social e cidadania. Ela tem que reconhecer a  
878 diversidade sócio cultural, a diversidade ambiental e tem que principalmente incorporar a dimensão  
879 territorial e suas especificidades na formulação das políticas públicas setoriais. E também outro  
880 princípio é o uso e ocupação do território de forma sustentável. Esse território ficou ali meio  
881 redundante, mas a Política Nacional de Ordenamento Territorial ela tem que estimular e tem que no  
882 mínimo respeitar o uso e ocupação a todas as ações dela, você tem que respeitar critérios que sejam  
883 de sustentabilidade do território. O objetivo dela. O objetivo dela é estimular o uso e ocupação racional  
884 e de forma sustentável do território. Esse racional já deu margem para briga, já mudou, mas também  
885 não se chegou a um consenso. Mas com base na distribuição mais eqüânime da população e das  
886 atividades produtivas garantindo às gerações presente e futuras o uso fruto sustentável dos recursos  
887 naturais. O outro objetivo é promover a integração e a coesão nacionais e contribuindo para a  
888 soberania nacional e a integridade territorial. Outro objetivo é valorizar as potencialidades econômicas  
889 e as diversidades sócio culturais das regiões brasileiras. Outro objetivo é reduzir as disparidades e  
890 desigualdades espaciais, inter e intra regionais e integrar o Brasil com os demais países sul  
891 americanos. Diretrizes. As diretrizes são inspiradas nas dimensões, está certo? Numa dimensão  
892 político institucional nós temos algumas. Vamos chegar ao que é mais relevante para nós. Dimensão  
893 sócio cultural. Dimensão econômica. Dimensão logística. Dimensão fundiário territorial. Dimensão  
894 ambiental. Eu acho que é nesse momento que o GT desta Câmara Técnica começa a ter o material de  
895 trabalho sobre o que refletir e o que propor e o que sugerir. A diretriz da Política Nacional de  
896 Ordenamento Territorial na dimensão ambiental diz que é: - Incorporar a dimensão ambiental nas ações  
897 de estruturação do território. Apoiar e estimular criação de unidades de conservação públicas e  
898 privadas. Articular as ações de ordenamento territorial com as relativas às gestão de Bacias

899 Hidrográficas. Essa ação de diretrizes que a Política Nacional de Ordenamento Territorial está  
900 prevendo na dimensão ambiental. As estratégias. Para cada uma das dimensões existe uma série de  
901 estratégias, mas vamos lá para ambiental. Dimensão ambiental. A estratégia que a PNOT está  
902 preconizando é o fortalecimento da articulação institucional entre o Ministério do Meio Ambiente os  
903 demais Ministérios estados e municípios para criação das unidades de conservação. Isso também na  
904 verdade já sumiu o nome do Ministério do Meio Ambiente, porque se chegou à conclusão que não seria  
905 interessante mencionar o nome de um Ministério tal. Mas na verdade é uma forte articulação  
906 interinstitucional em diversos níveis para a criação de unidades de conservação de uma forma  
907 harmônica, de maneira que não só os diversos níveis de Governo Federal mas também entre as três  
908 esferas de poder. O poder legislativo, executivo, judiciário e os níveis Federal, Estadual e Municipal,  
909 trabalhassem em formulações conjuntas para a criação de unidades de conservação de uma forma  
910 harmoniosa e que, vamos dizer assim, não evitasse o comprometimento nem na qualidade ambiental  
911 no futuro e nem, vamos dizer assim, da integração territorial da possibilidade de exploração econômica  
912 e nem, vamos dizer assim, do aproveitamento de determinados recursos por determinadas  
913 comunidades. Outra estratégia é fortalecer a articulação institucional para promover a Educação  
914 Ambiental e compatibilizar a PNOT com critérios de ocupação nas zonas de amortecimento de áreas  
915 protegidas. Ou seja, na verdade é criação da escolha de determinados centros em torno dessas áreas  
916 protegidas para, vamos dizer assim, integrar mais determinadas, o que a gente poderia chamar?  
917 Redes urbanas regionais para evitar que essas áreas protegidas sofressem uma pressão antrópica  
918 muito intensa. Então na verdade é estimular a ocupação e o desenvolvimento de atividades nessas  
919 zonas de amortecimento. A gestão dessa política como seria? Que tipo de arranjo interinstitucional  
920 deveria ser criado para gerir essa PNOT? Uma coordenação? Uma Câmara? Um Conselho? Um  
921 sistema? Ministérios, entidades para compor esta organização? Deveria haver um ou mais organismo  
922 coordenador? E de que tipo? Uma agência, autarquia, secretaria em um Ministério, um Ministério  
923 exercendo a secretaria executiva? Na verdade isso aí, parece que é o nórdico da gestão dessa  
924 política, quem vai fazer isso? Porque aí é que está, o território eu posso ser setorial, Ministério da  
925 Saúde. Ele atua sobre o território, mas é ele que deve gerir isso ou deve compor o colegiado que deve  
926 gerir o território? Essa questão está dando o que pensar e o que discutir, mas ainda a gente não  
927 chegou a um consenso. Está em discussão, em fase de discussão. A fase atual da PNOT. Em 12 de  
928 fevereiro de 2007, um decreto do Presidente da República criou o Grupo de Trabalho Interministerial  
929 para elaborar uma proposta da Política Nacional de Ordenamento Territorial em 180 dias. Daí tem a  
930 Casa Civil coordenadora, o Ministério da Integração, Defesa, Planejamento e Meio Ambiente.  
931 Posteriormente, entraram aí os Ministérios das Cidades e Desenvolvimento Agrário. Porque o GTI  
932 também entendeu que seriam os Ministérios com forte impacto sobre o território. Todas as ações deles  
933 se refletem mais claramente no território. Então em maio de 2007, a partir de maio de 2007, estão  
934 sendo criadas Câmaras Técnicas envolvendo outros Ministérios para detalhamento da proposta da  
935 Política Nacional de Ordenamento Territorial a partir de um enfoque setorial. Ou seja, cada setor tem o  
936 que dizer sobre essa política de uma forma muito específica ou de uma visão que os outros Ministérios  
937 não teriam. Apesar de serem setoriais a gente está conversando e começando a conversar, esse  
938 processo está se iniciando, e então vamos discutir o que é que o seu Ministério faz e o que ele impacta  
939 o território ou por outra, que reflexos uma determinada forma de organização do território tem sobre a  
940 sua atividade setorial, está certo? Não só o que ele faz para o território, mas o que o território faz para  
941 ele. Ou seja, as restrições que um determinado padrão de uso e ocupação do território apresentam  
942 para determinado setor de atividades. O GTI está trabalhando na formulação de uma minuta de projeto  
943 de lei para institucionalização da PNOT. Não decreto, alguns querem que seja um decreto, mas há  
944 consenso inclusive da Casa Civil, do próprio Ministério da Defesa e Ministério do Meio Ambiente para  
945 que seja um projeto de lei, que a política seja implementada através de uma lei. Porque nós estamos  
946 pretendendo que ela seja uma política de estado e não de governo. Então, a gente tem trabalhado e  
947 aprimorado cada vez mais a minuta desse instrumento para que ele realmente se apresente como uma  
948 coisa não do governo Lula, do período de 2007, dois mil e não sei quanto, mas sim como uma política  
949 do estado brasileiro em cumprimento a um dispositivo constitucional. Agora, em função disso, nós  
950 fomos contactados pelo Ministério do Meio Ambiente sobre esse assunto, e a idéia era apresentar aí  
951 uma proposta. Nós pensamos numa proposta para esse Grupo de Trabalho. É pertinente apresentar  
952 isso agora? A gente fez, mas é coisa rápida.

#### 953 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

954 Eu acho que é importante que se apresente. Era até minha proposta, mas você já se adiantou. Minha  
955 proposta é que se pontuasse uma agenda para que o Grupo de Trabalho pudesse se reunir e trabalhar  
956  
957



958 em cima, porque esse assunto é um assunto global que tem uma expansão enorme, uma  
959 transversalidade muito grande.

960

961 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**

962

963 Bom, então na verdade dentro desta Câmara Técnica está sendo criado um Grupo de Trabalho, cuja  
964 finalidade é acompanhamento da Política Nacional de Ordenamento Territorial. Então, lendo o  
965 documento que nos foi passado, eu cheguei aos objetivos do GT. Está dito lá que é acompanhamento  
966 da formulação da Política Nacional de Ordenamento Territorial, PNOT. Apresentação de propostas  
967 específicas do SISNAMA à Política Nacional de Ordenamento Territorial e apresentação de sugestões  
968 específicas do SISNAMA à Política Nacional de Ordenamento Territorial. Eu entendo que são dois  
969 momentos distintos. Um é a apresentação de propostas. O outro é apresentação de sugestões. Eu  
970 entendo como propostas até a colocação de coisas que não estão sendo contempladas na formulação  
971 da política. E sugestões até estou entendendo como contribuições para o melhoramento, para o  
972 aprimoramento do que já foi proposto. Não sei se a minha interpretação está correta, mas de qualquer  
973 maneira os objetivos estão formulados nesses termos.

974

975 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

976

977 Agora nessa convocação aqui do SISNAMA, nós temos que entender que esse Grupo de Trabalho é  
978 limitado e não atinge a plenitude do Sistema Nacional de Meio Ambiente. SISNAMA são todos os  
979 órgãos federais e estaduais, então ele tem aqui uma conotação global, e então eu acho que dentro  
980 dessa proposta tinha que atender aqui a discussão CONAMA, que é essa platéia que aqui está. Se for  
981 para SISNAMA é uma amplitude bastante grande.

982

983 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**

984

985 Eu interpretei isso dessa forma também e interpretei no seguinte sentido, que através desta Câmara  
986 passa para o Conselho que passa para o sistema. De qualquer maneira, o nosso fórum, eu acho que  
987 sem dúvida será esse aqui. Mas como é minha primeira experiência com o CONAMA eu tenho minhas  
988 dúvidas de como é a articulação interna aqui dentro do CONAMA se dá. Mas de qualquer maneira eu  
989 acho que a idéia é discutir a dimensão ambiental da PNOT aqui dentro e acatar o ponto de vista da  
990 Câmara Técnica e incorporar junto à PNOT. Eu estou vendo mais aqui contribuições do CONAMA  
991 através dessa Câmara Técnica para o próprio GTI da PNOT. Mas eu também interpreto conversando  
992 com o Rosalvo eu interpretei que isso é uma via de duas mãos também. Ou seja, nós apresentaríamos  
993 alguma coisa dentro do CONAMA com relação ao SISNAMA. Estava errado, Dominique ou interpretei  
994 certo? Mas eu acho que no fundo a gente tem que ser pragmático mesmo, e vamos fazer o que tem  
995 que ser feito e da forma como é possível fazer. Então, eu também fiquei meio assustado, mesmo  
996 dentro do CONAMA para nós é uma dimensão muito ampla. Eu acho que nesse momento a gente  
997 incorporar sugestões e contribuições para levar ao Grupo de Trabalho Interministerial que está  
998 formulando a PNOT é o mais viável nesse momento. E eu comentei isso com o Rosalvo e com a  
999 própria Dominique na nossa primeira reunião. Como esse GT se ele for atrelado ao GT da PNOT em 20  
1000 de setembro, se esse assunto do ordenamento territorial for realmente relevante e expressivo, de  
1001 repente para o acompanhamento da implementação da política, de repente se constitui outro.

1002

1003 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1004

1005 Eu só queria, se me permite, eu queria colocar aqui os tópicos encaminhados para essa Câmara. É  
1006 recomendar aos órgãos componentes do Sistema Nacional principalmente ao Conselho do Meio  
1007 Ambiente que ampliem suas discussões acerca de uma formulação de Política Nacional de  
1008 Ordenamento Territorial. Segundo, recomendar a criação de Grupo de Trabalho específico no  
1009 CONAMA para o acompanhamento da formulação do Plano Nacional de Ordenamento Territorial junto  
1010 ao Ministério da Integração Nacional e Ministério da Defesa bem como a apresentação de propostas e  
1011 sugestões específicas do SISNAMA. Terceiro. Recomendar que essas propostas e sugestões sejam  
1012 avaliadas e aprovadas pelo plenário do CONAMA, de modo que venham a refletir uma visão coletiva do  
1013 SISNAMA. Então, esse é o encaminhamento dentro da proposta.

1014

1015 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**

1016

1017 Então, eu acho que nós não erramos muito aí.

1018  
1019  
1020  
1021  
1022  
1023  
1024  
1025  
1026  
1027  
1028  
1029  
1030  
1031  
1032  
1033  
1034  
1035  
1036  
1037  
1038  
1039  
1040  
1041  
1042  
1043  
1044  
1045  
1046  
1047  
1048  
1049  
1050  
1051  
1052  
1053  
1054  
1055  
1056  
1057  
1058  
1059  
1060  
1061  
1062  
1063  
1064  
1065  
1066  
1067  
1068  
1069  
1070  
1071  
1072  
1073  
1074  
1075  
1076  
1077

**Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

Está certo. Você finaliza aqui?

**Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**

Não, tem mais uma coisa porque agora vamos tentar ser práticos.

**Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

Eu estou preocupado com o horário. Vamos lá.

**Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**

Na verdade o que a gente tinha imaginado é o seguinte. A gente tem algumas poucas semanas se for para acompanhar o GT da PNOT. Eu imaginei sempre quartas-feiras porque segunda todo mundo reclama que fazer reunião segunda não dá e sexta também não. Então é uma proposta. Dia 25 de julho, instalação do GT. Dia primeiro de agosto a apresentação do estágio atual de formulação da PNOT. Dia 8 e 15 de agosto uma discussão da PNOT e apresentação de críticas e sugestões e 22 de agosto finalização das críticas e sugestões da PNOT. Apresentação dessas críticas e sugestões à Câmara Técnica de Meio Ambiente do GTI da PNOT. Ou seja, feita a coisa aqui, se chegou a um consenso que é isso, apresentar à Câmara Técnica que é um grupo específico dentro do Grupo de Trabalho Interministerial, dizendo o seguinte. Para a dimensão ambiental, a nossa avaliação das propostas é essa, sugerimos isso e recomendamos aquilo. Depois a apresentação das críticas apresentadas por essa Câmara Técnica de Meio Ambiente e do GTI da PNOT, na verdade essa fase apresentação das críticas apresentadas pela Câmara Técnica de Meio Ambiente ao GTI da PNOT e incorporação ao GTI e incorporação dessas críticas e sugestões pelo GT. Um ou seja, se faz alguma coisa, se submete ao GTI da PNOT, eles vão rebater alguma coisa, incorporam e encaminham dia 12 de setembro o encaminhamento das críticas e sugestões formalmente ao GTI da PNOT. Ou seja na dimensão ambiental pensamos isso, recomendamos aquilo e propomos isso. Dentro dessa dimensão ambiental o que a gente deveria trabalhar? As principais questões identificadas do diagnóstico, o modelo de uso e ocupação do território brasileiro e ambiente aumento insustentável, o desmatamento na faixa de expansão da fronteira agrícola. Esses limites e ameaças, considerar os domínios ecológicos e os principais problemas, o desmatamento da Amazônia, as ameaças do pantanal, desertificação do Nordeste, a questão da Serra do Mar e da Mata Atlântica. Depois avaliar essas diretrizes, ver o que são pertinentes ou não são, contribuir com alguma coisa, e finalmente, comentar as estratégias, aprimora-las e se tiver alguma coisa em excesso, de repente retirar. Essa é a proposta.

**Márcia Quadrado – Ministério do Desenvolvimento Agrário**

Só uma pequena consideração. Sou Márcia Quadrado do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Uma consideração em relação ao cronograma proposto. Primeiro uma preocupação. As Câmaras Temáticas no âmbito do GTI da PNOT estão iniciando seu trabalho. Finalizamos na última semana o processo de indicação das representações dos órgãos do governo. Então estão num estágio muito inicial. Então uma preocupação em relação à proposta de início dos trabalhos colocada ali no cronograma, de que essas câmaras praticamente terão feito uma reunião e já estaremos no momento de discussão do GT no âmbito do CONAMA. E, em segundo lugar, uma preocupação em relação à proposta como ela foi colocada para o encaminhamento das sugestões. No meu entendimento o fruto do trabalho do grupo tem que ser submetido à Câmara e ao plenário do CONAMA, para posteriormente ser enviado como uma contribuição ao GTI da PNOT. Prever este passo na proposta de cronograma.

**Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

Perfeito. E eu também estou vendo a seguinte situação. Eu acho que como é um assunto que tem uma plenitude imensa, eu sinceramente não sei se um GT dessa Câmara iria atender todo esse pré-requisito que está aí. O meu entendimento, é isso que eu quero colocar aos senhores conselheiros, isso caberia uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e do CONAMA um seminário, porque isso tem uma discussão ampla. Eu acho que tem uma gama de interessados muito grande para fazer uma discussão restrita dentro de um GT. Eu não sei se vocês estão percebendo, eu acho que tem uma plenitude muito

1078 grande de interesse de discussões em cima do Plano Nacional de Ordenamento Territorial. Eu gostaria  
1079 de colocar essa premissa para uma reflexão. Pois não.

1080

1081 **Simone Guerese – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

1082

1083 Eu sou Simone, sou da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e  
1084 Gestão. Bom, eu queria só assim contribuir com algumas coisas porque eu também tive a oportunidade  
1085 de representar o Ministério do Planejamento no GTI da Política Nacional de Ordenamento Territorial.  
1086 Então, eu só queria ressaltar que a organização do GT em Câmaras Temáticas como a colega colocou,  
1087 contempla uma Câmara Temática da Dimensão Ambiental. Então eu não sei se foi discutido na reunião  
1088 aqui dessa Câmara que decidiu por essa participação como é que fica essa relação. Então o Grupo de  
1089 Trabalho apresenta à Câmara que apresenta ao plenário do CONAMA que aí vai apresentar o GTI, mas  
1090 aí as discussões da Câmara Temática Ambiental talvez já tenham avançado em relação à proposta  
1091 inicial. Até que quando o colega Wilson estava apresentando, por exemplo, os objetivos, os princípios,  
1092 as diretrizes, o que ele apresentou ali foram as propostas decorrentes da consultoria que o CDS fez,  
1093 mas o próprio GTI já avançou em relação à aqueles assuntos e as Câmaras Técnicas de lá do GTI  
1094 estão avançando também cada uma na sua dimensão que inclui uma dimensão ambiental. Eu não sei  
1095 se precisava ter mais clareza dessa relação do grupo daqui a proposta do CONAMA, como se relaciona  
1096 com o avanço visto que o objetivo do grupo é acompanhar a discussão da PNOT. E a outra coisa é  
1097 assim essa dimensão mais ampla e então assim talvez o Wilson Torres Filho – Ministério da Integração  
1098 possa esclarecer melhor. Foram realizados vários seminários sobre a Política Nacional de  
1099 Ordenamento Territorial, tanto entre os órgãos daqui do Governo Federal como nos Estados e o próprio  
1100 GTI já é essa articulação de todos os Ministérios, tanto que tem representação do Ministério do Meio  
1101 Ambiente e as Câmaras Temáticas tem outros convidados. Então assim essa articulação mais geral  
1102 até com a participação do meio ambiente já acontece no processo de discussão da PNOT. Eu acho  
1103 que precisa-se situar mais o objetivo desse Grupo de Trabalho na articulação e no acompanhamento da  
1104 PNOT. Acredito que esse, não sei se é um memorando ou ofício que sugeriu isso, tinha alguma  
1105 intenção de que talvez a participação do MMA, não sei ou do SISNAMA, não fala ali de outros órgãos  
1106 de todos os integrantes e em especial o CONAMA. Então, talvez fosse uma participação mais  
1107 articulada do SISNAMA na PNOT. Eu entendi isso pelo o que você leu. E então até tem que avaliar  
1108 essa relação qual é o objetivo de aprofundamento no SISNAMA, porque a articulação mais geral  
1109 acontece na verdade no GTI.

1110

1111 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1112

1113 Porque se for ter uma posição do CONAMA tem que seguir a sistemática que a colega acabou de dizer  
1114 porque o Grupo de Trabalho não tem autonomia de colocar uma decisão com a representação do  
1115 CONAMA. Por isso que já pensei num seminário. Porque se você trabalha dentro do Grupo de  
1116 Trabalho para que o CONAMA possa referendar, ela tem que ser discutida em plenário pode trabalhar  
1117 em cima e apresentar suas propostas e estudos e vai apreciar em plenário. Como proposta do  
1118 CONAMA teria que seguir essa sistemática que ela acabou de falar. Eu gostaria de passar a palavra  
1119 para a colega.

1120

1121 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

1122

1123 Louise do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Me parece que a intenção quando o  
1124 Ministério da integração, me parece, da Integração Nacional levou ao CONAMA esta proposta, eu vejo  
1125 como importantíssimo esse acompanhamento porque a questão ambiental ela é transversal em todas  
1126 as questões de ordenamento territorial e na verdade ela tende a ser tratada setorialmente como setor. E  
1127 então assim a minha crítica ao Grupo de Trabalho que trabalha desta forma, é porque ele vai só na rota  
1128 da dimensão ambiental estrito senso, e não é essa a função, eu acho, deste acompanhamento. Este  
1129 acompanhamento, eu vejo importantíssimo justamente para poder trazer a dimensão ambiental em  
1130 todas as outras dimensões. Um olhar dos membros, enfim do CONAMA, sobre o que está sendo  
1131 tratado no GTI para garantir que essa dimensão ambiental, realmente seja transversal. E então é nessa  
1132 linha que eu imagino que seja esse acompanhamento dos trabalhos do GTI, porque não tem sentido a  
1133 gente ter uma comissão que só se relaciona com dimensão ambiental, porque a dimensão ambiental já  
1134 está colocada lá. Então na verdade esse grupo é para fazer o que lá não está colocado explicitamente  
1135 e que é a função do CONAMA, me parece. Que é fazer com que a questão ambiental realmente seja  
1136 transversal quando se trata especialmente de ordenamento territorial, porque não tem como a gente

1137 tratar da questão ambiental isoladamente sem tratar da econômica, numa visão de ordenamento  
1138 territorial. Então é isso.

1139

1140 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1141

1142 Só para poder entender, a sua proposta é que siga o acompanhamento daquilo que o GTI estiver  
1143 realizando, é isso?

1144

1145 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

1146

1147 Exatamente. O GTI tem várias comissões, tem várias dimensões que está abordando. Então o  
1148 acompanhamento deste grupo, dessa comissão seja o acompanhamento de todo o trabalho. E  
1149 entendendo essa transversalidade da questão ambiental, e aí sim, levar ao CONAMA um relatório com  
1150 essa dimensão dizendo o que e qual proposições e sugestões se for o caso, mas pode até nem ser e  
1151 nem haver devido o processo de construção que está sendo feito no âmbito do governo, que é um  
1152 processo de discussão ampla com a sociedade e com todos os Ministérios e tal. Talvez não seja o caso  
1153 de se focar em contribuições e sugestões no âmbito da dimensão ambiental. Mas sim ter um olhar  
1154 sobre todo o trabalho, e levar ao CONAMA um relatório desse trabalho como olhar da dimensão  
1155 ambiental transversal.

1156

1157 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**

1158

1159 Isso foi na primeira reunião que eu tive a semana passada com o Rosalvo, com meu colega Gerson e  
1160 com a Dominique, foi o que a gente pensou. Ou seja, o que das demais dimensões tem um reflexo  
1161 direto sobre a dimensão ambiental e o que a dimensão ambiental pode se refletir nas demais  
1162 dimensões. A Dominique chamou atenção. A gente tem dois meses para fazer isso. Na verdade, essa  
1163 proposta deste GT foi uma coisa de uma iniciativa do dia 17 de abril. Maio, junho, três meses depois a  
1164 gente realmente já perdeu o bonde da história aí. Se a gente for pragmático e se ater que este GT e  
1165 esta Câmara Técnica tem que acompanhar e dar alguma sugestão para a formulação da PNOT e tal,  
1166 então a coisa tem que ser relativamente simples, sem entrar em muitos detalhes, uma apreciação geral,  
1167 digamos, das diretrizes e estratégias que a política vai propor. Porque o Ministério de Minas e Energia  
1168 foi convidado para compor uma das Câmaras Técnicas já está querendo estender o GT. A Casa Civil, o  
1169 Ministério da Integração e da Defesa já bateram a mão e disseram que não. Vai ser dia 20 de setembro  
1170 e acabou. Porque isso vai ser o congresso. A idéia é que seja um projeto de lei. Eu já conversei isso  
1171 com a Dominique e conversei com o Gerson, conversei lá no Ministério da Integração internamente, e  
1172 na verdade eu acredito que esse GT deveria vamos dizer assim, terminou a função dele em 20 de  
1173 setembro, cria um GT permanente para acompanhar determinadas fases de evolução do  
1174 encaminhamento da proposta da política. Porque eu acho que neste momento acredito, a senhora tem  
1175 toda razão, deve ter uma infinidade de discussões, contribuições riquíssimas, só que é tchau, até logo,  
1176 20 de setembro vai se bater o martelo e vai se integrar a coisa lá para o congresso, vai para a Casa  
1177 Civil e para o Presidente fazer uma mensagem e mandar para o congresso. Infelizmente não há tempo  
1178 para isso. Agora, eu tenho chamado a atenção para uma coisa. É a formulação de uma política, essa  
1179 política vai dar as linhas gerais, por aqui, por ali, mas está previsto inclusive na constituição no artigo  
1180 21, a formulação de planos nacionais e regionais de ordenação do território. Então, na verdade, a  
1181 política a instrumentação dela vai se dar através, eu acredito, de planos nacionais e regionais. De  
1182 repente vai ser um Plano Nacional de Ordenamento Territorial e então vamos dizer implementação da  
1183 política. Eu acredito que a gente, se assumirmos uma postura pró ativa e não reativa, a gente já  
1184 deveria estar mais preocupado em se antecipar, se colocar na frente para quando esse bonde passar a  
1185 gente agarrar. Ou seja, se espera que haja desdobramentos da PNOT. Não vai terminar com a  
1186 apresentação da proposta. Eu acho que a questão maior é que a gente deveria pensar  
1187 estrategicamente e se organizar para acompanhar a evolução, as etapas seguintes.

1188

1189 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1190

1191 Nós temos que tomar uma posição pelas disposições que foram colocadas, que a coisa já está num  
1192 processo adiantado, e por esse calendário aqui, eu não sei se esse grupo teria muita contribuição a se  
1193 fazer dentro da busca dessa solução. Mas o acompanhamento, o CONAMA, uma pergunta apenas, o  
1194 CONAMA não podia ter uma representação dentro do GTI, de acompanhamento? Estaríamos fazendo  
1195 um acompanhamento ou é necessário que a gente construa aqui um GT para dar acompanhamento ao  
1196 que o GTI está fazendo. Eu gostaria de colocar isso para os Conselheiros.

1197

1198 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

1199

1200 Louise do Ministério do Planejamento. Me parece que o GTI ele tem, se o CONAMA tem a  
1201 representação de todos os Ministérios, no GTI o CONAMA está representado e ainda tem, eu acho que  
1202 instituições da sociedade civil, nas Câmaras Técnicas, não tem? É um grupo só governamental.

1203

1204 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**

1205

1206 Na verdade, quando esse documento aqui que a Dominique mostrou, ele foi elaborado, foram  
1207 realizados cinco seminários regionais. Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste num seminário só.  
1208 E para apresentar isso fora de Brasília. Aqui em Brasília foram realizados, na verdade não foi nem  
1209 seminário e nem consulta pública, mas foram apresentações. Primeiro, começou dentro do próprio  
1210 Ministério da Integração e suas vinculadas e em seguida para a área federal todos os órgãos que  
1211 compõe o Governo Federal e depois foi feita uma apresentação, foram convocados representantes da  
1212 sociedade civil organizada, trabalhadores, movimentos sociais e empresários. Então foi feita aí,  
1213 inclusive isso aí já é esse texto original já tem emenda que foi feita, tirada nesses seminários, mas a  
1214 gente achou por bem não mexer no documento original, porque a gente já sabia que isso ia evoluir, e  
1215 na verdade a gente nem está preocupado com a proposta da política. Eu pessoalmente estou  
1216 preocupado com implementação. A política vai sair. Bom, uma lei um dia quem sabe, mas a  
1217 implementação, as ações sim. E é nesse momento, eu acho que o senhor tem razão. A gente deveria  
1218 pensar em alguma coisa mais permanente para acompanhar isso aí. De repente eu não sei o nome  
1219 disso, mas aí a novela é a PNOT e o CONAMA, o CONAMA e a PNOT. Como vai ser isso eu não sei.  
1220 Eu acho que de repente poderia se aproveitar esse tempo para formalizar a entrada da questão do  
1221 ordenamento territorial, vamos chamar da PNOT, não o ordenamento em si, mas do instrumento que é  
1222 a Política Nacional do Ordenamento Territorial dentro do contexto do CONAMA. E claro, quando a  
1223 gente fala do Sistema Nacional de Ordenamento Territorial que eu até falo isso entre aspas, porque  
1224 ninguém sabe o que vai ser, sem dúvida que esse sistema teria que de repente ter a participação não  
1225 só do CONAMA, mas do Conselho Nacional de Saúde e todas as representações de peso. A gente não  
1226 diria nem que são governamentais, mas são da sociedade brasileira em si.

1227

1228 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1229

1230 Eu queria compartilhar com meus colegas conselheiros nesse impasse, e gostaria também de ouvir a  
1231 Dominique que participou dessa negociação, qual é o encaminhamento que poderíamos dar diante  
1232 dessa...

1233

1234 **Simone Guerese – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

1235

1236 Eu só queria explicar melhor o que eu falei. Quando eu falei do que já aconteceu é só para tirar um  
1237 pouco a preocupação que você trouxe. É tão amplo como quando vamos ampliar a discussão. Eu  
1238 acho que ainda há tempo de contribuir e acho que a contribuição é importante, eu concordo com a  
1239 Louise. Essa convocação ao CONAMA deve ter sido feita por um motivo para contribuição que o  
1240 CONAMA pode dar. Só assim, eu acho que tem que ficar bem claro, só repetindo, que tem um  
1241 processando andando e foi definido que é preciso que o CONAMA acompanhe isso e contribua, então  
1242 eu acho que aqui tem que ser discutido assim como é esse acompanhamento e essa contribuição. Eu  
1243 não acho que tem pouco tempo para fazer eu acho que é possível fazer e precisa ser feito e por isso foi  
1244 determinado e criado o GT. Assim então com todo respeito ao Ministério da Integração, eu fico  
1245 pensando que tendo lá um grupo que a Secretaria Executiva já é do Ministério da Integração e tendo  
1246 sido avaliada a necessidade de ter um grupo específico do CONAMA para fazer a contribuição do  
1247 CONAMA pergunto que a Câmara acabou de decidir no ponto anterior que a coordenação do GT aqui é  
1248 do Ministério da Integração Nacional, eu pergunto se isso seria pertinente porque senão fica parecendo  
1249 que está fazendo um grupo lá e um grupo aqui. Se a contribuição é para ser mais específica, mais  
1250 aprofundada ou talvez até em outra direção, por isso que estou dizendo qual foi a discussão que criou  
1251 esse GT, o que embasava. Se a coordenação é mesmo do Ministério da Integração Nacional aqui ou  
1252 não.

1253

1254 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1255

1256 É porque diante disso eu também fiquei com essa dúvida. Não caberia mais o Ministério da integração  
1257 coordenar esse grupo dentro desse enfoque que foi dado agora. Mas eu queria compartilhar essa  
1258 decisão. Dominique.

1259  
1260 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1261  
1262 Se realmente o GTI terminar seus trabalhos em setembro, eu acho que com a dinâmica do CONAMA  
1263 não tem GT que possa funcionar e passar para a Câmara Técnica e chegar no plenário, sendo que a  
1264 próxima plenária é em setembro. Então oficialmente o que sairia do CONAMA chegaria tarde. Se for  
1265 prorrogado aí não tem problema, mas aparentemente não é essa a intenção.

1266  
1267 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**

1268  
1269 Não, não há nenhuma boa vontade de prorrogar isso por nenhum dos integrantes e inclusive os  
1270 representantes do Ministério do Meio Ambiente no GTI.

1271  
1272 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1273  
1274 O problema é que nossa próxima plenária é em setembro, e qualquer decisão que tome o plenário com  
1275 GT, com Câmara Técnica ou discussão diretamente no plenário vai chegar depois do encaminhamento  
1276 para a Casa Civil o produto final.

1277  
1278 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1279  
1280 Eu, conhecendo as discussões aqui dentro do CONAMA e pela amplitude que tem esse assunto, eu  
1281 não quero nem fazer prognóstico. Eu sei que é questão de tempo aí, dentro daquilo que o nosso amigo  
1282 colocou aqui, dentro dessas premissas colocadas pelo GTI de até setembro fechar uma proposta,  
1283 porque gente não adianta nós criarmos um GT aqui por criar e a gente ficar numa pendência de não  
1284 concluir o trabalho da contribuição que a gente deseja. Então, eu gostaria de colocar a apreciação de  
1285 todos para discussão de todos para a gente não criar um GTI e depois não funcionar e ficarmos aí  
1286 numa situação de cobrança e de ineficiência.

1287  
1288 **Gerson Bevenuto – Ministério da Integração**

1289  
1290 Gerson do Ministério da Integração. Eu queria sugerir porque está se atrelando muito a questão do  
1291 Grupo de Trabalho aqui no CONAMA ao final dos trabalhos do GTI. Eu acho que poderia até  
1292 transcender era um pouco porque como nós sabemos vamos dizer que até finalização dessa minuta de  
1293 projeto de lei, até ela ser submetida ao congresso um projeto de lei com essa amplitude está entrando  
1294 numa tramitação assim bastante lenta. Nós sabemos que não vai ter uma tramitação rápida. Ele vai  
1295 ser distribuído por várias comissões temáticas do Congresso Nacional onde devem ocorrer várias  
1296 audiências públicas para sua discussão. Então, eu acho que o momento de debate não se encerra aí  
1297 não, no GTI, no grupo interministerial. Eu acho que esse Grupo de Trabalho ele pode ter oportunidades  
1298 futuras de dar contribuição no âmbito do Congresso Nacional. Ele vai achar que deve ter uma  
1299 tramitação lenta onde esse projeto de lei provavelmente vai ser bastante emendado, e acho que teria de  
1300 repente oportunidade do CONAMA estar participando também, caso realmente se confirme que o GTI  
1301 vai se encerrar agora. Só isso.

1302  
1303 **Sara Juarez Sales - ANAMMA NACIONAL**

1304  
1305 Eu fico pensando que tudo bem que não vai ter prorrogação de tempo, pegando sua ideia eu acho que  
1306 não deveríamos deixar de solicitar uma apresentação daquilo que já andou nesse GTI, porque já estão  
1307 marcando gol, eu acho que já tem conteúdo e produto para apresentar para a gente. Eu acho que num  
1308 seminário, nem que fosse um seminário e não só se tratando do SISNAMA trazendo todos os entes que  
1309 acompanham o SISNAMA, inclusive o CONAMA, eu acho que a gente deveria receber um seminário  
1310 para também se manifestar. Essa câmara poderia se manifestar sobre suas impressões sobre o que  
1311 está sendo desenvolvido nesse GT do governo e para a plenária que pode ser aprovada em setembro,  
1312 e se o GTI não quiser aproveitar nossas sugestões ela pode ser encaminhada para o congresso, para o  
1313 Senado e quem mais for discutir a lei, mas acho que a gente mereceria uma apresentação uma vez que  
1314 nós somos convocados a participar. Era essa minha sugestão pelo menos um seminário a ser

1315 realizado no mês de agosto, amplo com todos os Ministérios que participam desse GTI, se  
1316 posicionando para que a gente possa ter uma forma de contribuir em algum manifesto nosso. .

1317

1318 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

1319

1320 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Eu concordo com a sugestão do Representante da  
1321 ANAMMA. O que eu ia colocar é exatamente isso, que no mínimo a gente já tem um relatório de  
1322 acompanhamento que foi o que ele trouxe de toda essa explicação de como é que está sendo, estão  
1323 sendo feitos os trabalhos e para chegar qual é o calendário, isto já é um pedaço do acompanhamento a  
1324 ser levado ao Conselho ou a ser encaminhado aos Conselheiros, para o acompanhamento ou alguma  
1325 coisa nesse sentido, já que a próxima reunião é em setembro já. E eu sugeriria então que se fizesse  
1326 um relatório do andamento da PNOT, para ser encaminhada aos Conselheiros quando da chamada  
1327 para esse seminário. Então o GT acompanhou dessa forma, um ou melhor, não acompanhou, mas o  
1328 relatório de acompanhamento diz isso, que está nesse pé e se convoca, enfim para um seminário  
1329 aonde vai ser apresentado pelo GTI, aí se solicita ao GTI que apresente ao CONAMA, eu não sei como  
1330 é que isso funciona institucionalmente. Eu entendo que a preocupação do CONAMA é que a sociedade  
1331 participe num momento ainda prévio do processo da construção da PNOT. Eu acho que é por aí a  
1332 minha sugestão.

1333

1334 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1335

1336 A apresentação seria antes do seminário. É isso a sua proposta?

1337

1338 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

1339

1340 Não, o relatório.

1341

1342 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1343

1344 Apresentasse um relatório antes do seminário, trouxesse ao CONAMA um relatório geral.

1345

1346 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

1347

1348 Encaminhasse aos Conselheiros um relatório da comissão, a comissão vem acompanhando,  
1349 acompanhou, e enfim, o que o Grupo de Trabalho apresentaria agora na verdade seria isso que você  
1350 apresentou em termos de qual é o calendário. Aonde é que está, se chegou e qual é o calendário. E  
1351 com base no calendário que vai ter algum momento já vai ter uma coisa mais consistente prévia ao  
1352 fechamento, solicitar ao GTI que apresente em seminário, mas aí assim, eu não imagino um seminário,  
1353 não sei como é que seria o seminário, estou imaginando um seminário para o CONAMA e SISNAMA,  
1354 um seminário de trabalho. Eu entendo que pode ser um seminário, mas a idéia não é de um seminário  
1355 como foram feitos os outros seminários.

1356

1357 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**

1358

1359 É um seminário fechado.

1360

1361 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

1362

1363 Exatamente. Apresentando antes da conclusão do trabalho no momento da conclusão do trabalho,  
1364 enfim, porque eu acho que o que ele falou é certo, o trabalho não termina na conclusão do GTI. O  
1365 trabalho continua e acompanhamento tem que continuar também. E aí propor na reunião do CONAMA  
1366 a mudança dessa recomendação. Então a recomendação não é de acompanhar os trabalhos do GTI,  
1367 mas sim da política.

1368

1369 **Escrawen Sompre – Comunidade Indígena**

1370

1371 Pela forma como está se colocando nós estamos correndo contra o tempo em função da agenda já  
1372 preestabelecida. Penso que se nós entrarmos nessa lógica da instituição não exclusiva a auxiliar o GTI  
1373 mas acompanhar, ou seja, auxiliar também em outro momento seja dentro do Governo ou dentro do  
1374 Congresso Nacional, nós passaríamos a ter uma outra redação pela qual esse Grupo de Trabalho está

1375 sendo criado. Me parece que o GTI pede a colaboração do CONAMA para auxiliá-lo no  
1376 encaminhamento ao projeto de lei neste momento. Então neste momento me parece que é isso.

1377

1378 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**

1379

1380 Não o CONAMA se propôs a acompanhar a formulação da Política Nacional. Não foi solicitado. O  
1381 Ministério da Integração não teve a iniciativa disso. Teve o representante do CONAMA que falou bom,  
1382 o CONAMA deve acompanhar a formulação da Política Nacional de Ordenamento Territorial.

1383

1384 **Escrawen Sompre – Comunidade Indígena**

1385

1386 Então no momento em que o representante do Ministério faz essa provocação no CONAMA, ele faz  
1387 enquanto o CONAMA. Então o desejo do CONAMA para auxiliar o GTI nessas proposições do projeto  
1388 de lei, correto? então penso que a gente poderia estar encaminhando realmente e mudando um pouco  
1389 os objetivos e se pudéssemos neste momento nessa agenda aí estar influenciando via CONAMA ao  
1390 GTI, dando a nossa colaboração seria importante. Caso contrário a gente poderia estar discutindo isso  
1391 mais profundamente e vejo com bons olhos também esse seminário para essa apresentação prévia do  
1392 GTI daquilo que foi concluído até o momento para a que a gente pudesse estar enriquecendo cada vez  
1393 mais nossas proposições para futuras complementações, seja no congresso ou em outras esferas.

1394

1395 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1396

1397 Bom, eu acho que temos que ir para o encaminhamento dentro do que nós ouvimos. Eu só queria  
1398 talvez uma sugestão a ser feita dentro daquilo que foi proposto. Esse relatório, nós temos uma plenária  
1399 em setembro, né? Se esse relatório, esse pré-relatório pudesse ser apresentado numa plenária do  
1400 CONAMA em setembro, numa apresentação porque estaremos atingindo 104 Conselheiros do  
1401 CONAMA numa forma plena. E o seminário quem organizaria esse seminário. Partiria a iniciativa do  
1402 seminário do Ministério da Integração, do MMA, como é que ficaria isso?

1403

1404 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1405

1406 Eu não sei. A gente pode imaginar duas coisas. Uma coisa que na verdade o resultado do GTI, mas  
1407 antes uma semana ou quinze dias antes ele realmente encaminhar ao Congresso Nacional e que isso  
1408 fosse apresentado ao plenário do CONAMA, ao invés de fazer uma plenária de dois dias, faria de três  
1409 dias, um dia que fosse reservado para isso que o GTI apresentasse as suas conclusões, esse  
1410 documento tendo sido disponibilizado para todos os Conselheiros com antecedência e naquele dia  
1411 realmente se recuperasse todas as contribuições dos Conselheiros naquele dia de reunião. Então seria  
1412 na verdade não se faria nada até o GTI terminar o seu trabalho para ter sua minuta, que ele submeteria  
1413 ao CONAMA para as últimas propostas que seriam consolidadas depois para o GTI. Nesse caso a  
1414 gente só faria isso em setembro. Ou então fazer uma reunião, digamos, ampliada da Câmara Técnica  
1415 anteriormente a essa plenária, aí teria que ser em agosto em que se faria uma pré-discussão sobre  
1416 esse documento do GTI e na plenária seria apresentado o documento final com apreciação da Câmara  
1417 em cima do que foi, seria um pouquinho mastigado pela Câmara antes da apresentação do plenário.  
1418 Grupo de Trabalho como está, eu não vejo como é que grupos de trabalho poderiam ajudar. Eu acho  
1419 que seria mais um trabalho da Câmara ampliada convidando todos os indicados para o Grupo de  
1420 Trabalho mas um trabalho da Câmara. Então ou o trabalho da Câmara anterior e depois com  
1421 exposição no plenário ou então trabalho diretamente no plenário na plenária de setembro.

1422

1423 **Márcia Quadrado – Ministério do Desenvolvimento Agrário**

1424

1425 Eu queria concordar com a Dominique em relação à visão de que efetivamente é um trabalho da  
1426 Câmara que o Grupo de Trabalho fica prejudicado em função desse cronograma e da característica.  
1427 Mas eu queria chamar atenção de que mesmo na reunião da Câmara Técnica ampliada e pensando na  
1428 dinâmica do GTI e do sentido de que essa Câmara possa ter uma visão já mais aprofundada, porque o  
1429 GTI tem representação de todos os órgãos do Governo Federal envolvidos com a temática.  
1430 Obviamente tem visões diversas e tem um processo de discussão, de aprofundamento e de  
1431 compatibilização disso. Então, me parece que em agosto a gente não teria ainda um fecho dessa  
1432 discussão no âmbito dos órgãos do Governo Federal para trazer para a Câmara. Eu sugiro que se  
1433 fizesse isso no início de setembro ou o mais próximo possível da plenária, enfim, que pudesse ser  
1434 avaliado inclusive com o Ministério da Integração essa possibilidade.



1435  
1436 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
1437  
1438 OK, então a Câmara faria uma reunião ampliada após a conclusão do trabalho do GTI que tivesse  
1439 condições de apresentar. É o consenso de todos os Conselheiros?  
1440  
1441 **Sara Juarez Sales - ANAMMA NACIONAL**  
1442  
1443 Eu não entendi. Porque o calendário do GTI é setembro. 20 de setembro. A proposta é fazer uma  
1444 reunião na primeira semana de setembro da Câmara ampliada?  
1445  
1446 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
1447  
1448 É porque ela diz que dentro da avaliação dela ela acha que não se conclui o trabalho antes.  
1449  
1450 **Márcia Quadrado – Ministério do Desenvolvimento Agrário**  
1451  
1452 A Dominique citou a possibilidade de uma reunião da Câmara Técnica ampliada em agosto. A minha  
1453 preocupação é trazer um trabalho que está sendo discutido por um conjunto de órgãos que não está  
1454 acabado não vai haver possibilidade de uma contribuição mais efetiva. Então, a preocupação é que se  
1455 fizesse uma reunião após para o Ministério da Integração ou a casa Civil avaliar se está em condições  
1456 de se apresentar já com um documento.  
1457  
1458 **Sara Juarez Sales - ANAMMA NACIONAL**  
1459  
1460 É que a proposta nossa era fazer a reunião da Câmara ampliada e nos manifestarmos para a plenária  
1461 do CONAMA. Se a Casa Civil disser que a partir do dia 15 de setembro é que vai estar no momento  
1462 certo de apresentar a gente não tem tempo, porque a nossa plenária do CONAMA é dezoito e  
1463 dezenove. Então teria que ter um momento aí que algum produto mais consistente seja apresentado  
1464 para nós no final de agosto, na reunião da Câmara ampliada, para que nos dê tempo de nos  
1465 manifestarmos para a plenária.  
1466  
1467 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**  
1468  
1469 Olha, do ponto de vista, não é nem do Ministério da Integração, do ponto de vista pessoal,  
1470 considerando a relevância e ordenamento territorial e da questão ambiental, eu acho que estou  
1471 pensando estrategicamente, fazendo força para isso. Incorporar de vez, colocar esse assunto na  
1472 agenda do CONAMA, a questão do ordenamento territorial, ainda que nesse momento a intenção eu  
1473 acho que foi boa, traz o pessoal da formulação da PNOT para dentro do CONAMA, para a Câmara  
1474 Técnica de Gestão Territorial e Biomas para falar da formulação da política e ver no que a gente pode  
1475 contribuir. Se tivesse sido em abril, poderia ser. Não dá. Então a gente já está vendo Vossas  
1476 Senhorias vocês inclusive tem uma sistemática bastante também rígida até. Eu não sou contra isso.  
1477 Eu acho que isso é bom, isso assegura o andamento das coisas. Mas eu acho que de repente, qual  
1478 seria o papel nesse momento. Dado tudo o que foi colocado aqui de repente parece que está  
1479 coincidindo o final da PNOT, da formulação da proposta com a reunião do CONAMA. De repente  
1480 reservar um espaço não é nem para o seminário, é para fazer uma apresentação, nós estamos  
1481 terminando esse negócio aqui, vai ser mandado para o Congresso Nacional e incorporar isso aí, o  
1482 CONAMA que se manifeste a partir daí qual é a postura que ele vai assumir com relação a esse tempo.  
1483 Vai construir uma Câmara Técnica, outra Câmara Técnica isso entra aqui e entra ali, de maneira que a  
1484 Política Nacional de Ordenamento Territorial passe a integrar realmente a agenda do CONAMA. Tudo  
1485 bem, não deu para contribuir, mas vamos contribuir daqui para frente. E mais ainda, depois que estiver  
1486 no congresso vai ter audiência pública, segundo o Gerson estava falando. Maravilha. Então o  
1487 CONAMA tem que estar presente, tem que se posicionar, vai ser consultado, e principalmente na hora  
1488 que se for formular a questão do SISNOT que a gente não sabe como vai ser e não só o Ministério do  
1489 Meio Ambiente em geral, mas o CONAMA em particular também se manifesta e recomenda. Sabe, a  
1490 gente tem que integrar o CONAMA nesse assunto, ainda que não faça nada nesse momento, a não ser  
1491 ouvir uma vez a versão final da PNOT.  
1492  
1493 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
1494

1495 Bom, vamos buscar encaminhamento então. Eu acho que é importantíssimo, se esse projeto de lei ou  
1496 decreto for encaminhado por legislativo ou por executivo, tendo o aval do CONAMA eu acho que vai ter  
1497 uma... Então é o seguinte. Se o GTI tiver pronto isso antes da plenária de setembro do CONAMA,  
1498 vamos negociar, porque eu acho que o assunto é importante que se dedique um dia dos dois dias de  
1499 convocação para que se faça uma apresentação ampla e discussão ampla. Caso contrário, se não  
1500 coincidir com a plenária, se faça uma reunião estendida da Câmara Técnica para apresentação e  
1501 discussão do assunto. OK? Se não tiver pronto, se o documento estiver em tempo hábil para ser  
1502 apresentada na plenária do CONAMA, faremos apresentação, se ela estiver pronta, faremos  
1503 apresentação na plenária do CONAMA. Caso contrário, que ela não esteja pronta até a realização da  
1504 plenária do CONAMA, a Câmara Técnica fará então uma reunião estendida para trazer a discussão do  
1505 resultado final e acho que vai ter tempo para contribuições, eu acho que se colocar para uma discussão  
1506 de um mês a mais, quinze dias a mais para receber as contribuições, eu acho que isso é o de menos.

1507  
1508 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**  
1509

1510 Acho que o principal são as contribuições, terminou o GTI, as contribuições tem que ser acumuladas e  
1511 estarem disponíveis para o momento em que forem solicitadas ou que houver espaço para colocá-las,  
1512 depois da conclusão do GTI e da PNOT, senão a gente fica sempre reativo e nunca pró ativo.

1513  
1514 **Dominique Louette - Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
1515

1516 Eu acho que o GTI, mesmo ele tendo a data de 20 de setembro ele não vai mandar o texto dele 20 de  
1517 setembro para a Casa Civil nem para o congresso, a gente sabe que não vai acontecer assim. Então, a  
1518 plenária ela cai num momento bom para ainda dar sugestões, eu tenho certeza disso. Então a minha  
1519 proposta seria que a gente fizesse uma reunião ampliada da Câmara Técnica com convite de todos os  
1520 que foram indicados para o GT no final de agosto em que o GTI apresentasse o que ele tem até agora  
1521 tal como ele está. Então já seria uma pré-discussão aqui com vários Conselheiros do CONAMA e  
1522 pessoas que já se interessaram pelo assunto. E essa mesma apresentação evoluída dos quinze dias  
1523 depois na plenária do CONAMA, essa reunião da Câmara Técnica já teria ajudado os Conselheiros a  
1524 analisar essa situação e chegar na plenária já com coisas mais concretas, com propostas concretas.  
1525 Então, seria uma Câmara Técnica ampliada no final de agosto e aí a gente encaminha para todos os  
1526 Conselheiros que a gente já tem solicitando sugestões, essas sugestões são trazidas na plenária do  
1527 CONAMA que reserva meio-dia ou um dia e a gente avalia o tanto que precisa para essa discussão. E  
1528 isso é encaminhado para o Grupo de Trabalho que incorpora ou não incorpora, mas eu imagino que vai  
1529 ter tempo de incorporar se ele achar interessante.

1530  
1531 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
1532

1533 Então vamos deixar estabelecida uma data?

1534  
1535 **Dominique Louette - Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
1536

1537 Eu acho que teria que ser final de agosto, começo de setembro para dar tempo de disponibilizar depois  
1538 os documentos. .

1539  
1540 **Sara Juarez Sales - ANAMMA NACIONAL**  
1541

1542 Até para a primeira semana para ganhar um pouquinho de tempo.

1543  
1544 **Dominique Louette - Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
1545

1546 Primeira semana de setembro. É sexta-feira. A gente tem de 3 a 6 de setembro, segunda a quinta.

1547  
1548 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**  
1549

1550 Normalmente o pessoal reclama no primeiro e último dia.

1551  
1552 **Dominique Louette - Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
1553

1554 Podemos deixar para quarta-feira que é meio da semana. Tem acordo cinco de setembro?

1555  
1556 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**  
1557  
1558 Então cinco de setembro. Só para orientação. Dia cinco de setembro o GTI da PNOT deverá  
1559 apresentar o estado atual da arte aonde ele chegou até aquele momento até o dia quatro de setembro  
1560 para uma reunião ampliada desta Câmara Técnica.  
1561  
1562 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
1563  
1564 E aí a gente faz uma Câmara só para isso, um dia completo de discussão em cima dessa primeira  
1565 proposta.  
1566  
1567 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
1568  
1569 Só vamos pedir para o GTI que ante antecipe esse relatório para todos os Conselheiros e coloque se na  
1570 página do CONAMA para que todo mundo tenha acesso para que nessa data as pessoas estejam todas  
1571 inteiradas.  
1572  
1573 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
1574  
1575 Se o GTI pudesse encaminhar para a gente no final de agosto para os conselheiros terem alguns dias  
1576 para ler antes da reunião.  
1577  
1578 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
1579  
1580 OK. Todos os Conselheiros concordam com essa? OK.  
1581  
1582 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
1583  
1584 Só uma. Louise do Ministério do Planejamento. Então eu acho que se eu entendi, o Grupo de Trabalho  
1585 da Câmara Técnica ele não se desfaz, ele continua coordenado pelo Ministério da Integração, que vai  
1586 fazer a ponte, quer dizer, não é o Ministério da Integração que vai fazer isso, na verdade a Câmara  
1587 solicita ao diretor do CONAMA, o secretário executivo aliás para solicitar porque o GTI é coordenado  
1588 pela Casa Civil e então tem uma tramitação aí.  
1589  
1590 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
1591  
1592 Tem que se oficializar isso.  
1593  
1594 **Louise Ritzel – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
1595  
1596 E eu tenho a impressão, salvo melhor juízo, não vai ser disponibilizado algum documento do GTI  
1597 previamente, nesse momento que a gente está solicitando. Eles podem até disponibilizar e tomara que  
1598 disponibilizem, mas acho que não vai ter um documento para disponibilizar essa coisa. Na verdade  
1599 assim, o documento que vai ser publicizado vai ser o relatório final e não alguma coisa intermediária  
1600 ainda mais para especificamente o CONAMA. Então a minha sugestão é que a gente solicite uma  
1601 apresentação, claro se puder mandar o documento previamente, e tal. E de qualquer forma eu acho  
1602 que poderia neste momento ter um documento do grupo, falando o que vocês colocaram aqui para os  
1603 Conselheiros que vão participar desse, para todo mundo chegar com a mesma informação que nós  
1604 temos. Então, essa apresentação em power pointer com o cronograma, com a intenção e tal, porque  
1605 me parece que poderia se mandar os Conselheiros como relatório intermediário do Grupo de Trabalho,  
1606 um documento que unificasse a informação que nós temos para todos e colocasse o cronograma do  
1607 relatório e o cronograma do grupo. Então o grupo na verdade, depois disso, vai fazer um apanhado das  
1608 sugestões para levar para a Câmara levar à plenária do CONAMA. É isso? Então a gente teria um  
1609 produto que seria esse relatório que vocês apresentaram aqui, vamos considerar como o  
1610 acompanhamento que o grupo nos trouxe, de dizer para onde a PNOT está indo e qual é o cronograma,  
1611 e um segundo produto que seria o resultado desta reunião da Câmara Técnica ampliada, para se levar  
1612 à plenária do CONAMA. É isso?  
1613  
1614 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**

1615  
1616 Aí eu não sei se seria pertinente, eu vou tentar, porque tem o seguinte, foi feita uma minuta de projeto  
1617 de lei que foi o Gil que fez não é Gerson? Se elaborou como seria, em cima disso que a gente está  
1618 trabalhando. O que a gente poderia ver na Casa Civil se haveria algum incômodo de disponibilizar essa  
1619 proposta no estado em que ela estiver nas vésperas no comecinho de setembro, o último dia de agosto,  
1620 porque esse seria o documento que se teria sobre a formulação da PNOT. Nós estamos direto em cima  
1621 do projeto de lei. Agora, eu não sei se pode ser disponibilizado, se vão querer ou não. Mas seria bom.  
1622 Porque aí vocês iam ver como é que está sendo, se a proposta fosse encaminhada ao congresso hoje  
1623 ela teria essa cara.

1624  
1625 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1626  
1627 Eu queria ver o seguinte. Eu acho que para que os Conselheiros possam participar disso com  
1628 efetividade, você tem que ter conhecimento do conteúdo, senão não vale a pena, senão não tem  
1629 sentido. Ou você tem o documento ou não. e eu quero fazer uma colocação, não sei se os  
1630 Conselheiros concordam, eu acho que nós só podemos reunir a Câmara para discutir esse assunto  
1631 quando tiver o produto final. Não adianta conseguir entregar em setembro uma coisa inacabada. Eu  
1632 não sei. Eu só tenho essa dúvida e essa colocação. Pela colocação da colega, ela se pronunciou duas  
1633 vezes dizendo que pelo andar da carruagem, pelo acompanhamento das discussões, esse documento  
1634 não estará até o início de setembro pronto. Veja bem gente, eu acho que o CONAMA tem uma grande  
1635 contribuição a dar dentro dessa discussão, agora nós temos que ter um documento, que você possa ler  
1636 e possa se inteirar e dar contribuição, esse é o objetivo da colocação desse documento para que o  
1637 CONAMA se pronuncie. Agora não adianta dar um produto inacabado para que a gente discuta em  
1638 cima dele.

1639  
1640 **Wilson Torres Filho – Ministério da Integração**

1641  
1642 Mas nesse momento já que é a proposta que nós estamos formulando de projeto de lei ainda que esteja  
1643 inacabada é o momento oportuno que tem de aprimorar, porque como não está acabada e ainda vai ter  
1644 mais umas duas semanas para conclusão do documento, eu acho que é um momento até para  
1645 incorporar. Em outras dimensões que não ambiental o CONAMA se for o caso falou isso aqui está bem  
1646 e isso não está bem, é o momento porque é uma versão. Se ela não vai estar no final, vai estar sendo  
1647 finalizada, acho que duas semanas mata. E pelo o que a gente está prevendo, eu acho que não seria  
1648 tão descabido assim.

1649  
1650 **Sara Juarez Sales - ANAMMA NACIONAL**

1651  
1652 Na verdade a proposta aqui é a seguinte, na verdade é que caso não seja possível nos disponibilizar  
1653 um conteúdo inacabado, que seja nos apresentado na Câmara Técnica ampliada seja apresentado  
1654 esse documento que a Câmara Técnica possa se preparar para subsidiar a plenária; porque durante a  
1655 plenária sim vai estar acabado, porque já está próximo de entregar isso. Então a gente discutiria e a  
1656 gente poderia discutir na Câmara Técnica ampliada com conteúdo que tenha, mas já no dia 18 na  
1657 plenária do CONAMA o plenário vai ter esse documento.

1658  
1659 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1660  
1661 OK. Perfeito. Cremos agradecer ao nosso amigo pela apresentação. Bom, eu queria fazer uma  
1662 consulta aos Conselheiros. São dez para uma e ainda nós temos para discutir...

1663  
1664 **Sara Juarez Sales - ANAMMA NACIONAL**

1665  
1666 Presidente, só mais uma dúvida que eu tenho. Nós temos que solicitar espaço para a plenária para  
1667 apresentação do PNOT nos dias dezoito, Dominique?

1668  
1669 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1670  
1671 Não, eu que cuido da pauta, a gente está encaminhado.

1672  
1673 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1674

1675 Nós temos ainda cinco processos a serem discutidos. Eu pergunto aos Conselheiros, prosseguimos até  
1676 terminar ou interrompemos aqui, fazemos um almoço e retornamos lá pelas 14h30. 14h30?

1677  
1678 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1679  
1680 Eu cálculo que até às duas a gente fecha.

1681  
1682 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1683  
1684 Concordam, podemos continuar?

1685  
1686 **Dominique Louette - Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1687  
1688 Se vocês quiserem continuar a gente fecha ainda pela manhã a reunião.

1689  
1690 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1691  
1692 Então vamos prosseguir. Vamos lá. Então o 6.6, processo 0200.001045/2007-10. Monitoramento e  
1693 análise dos efeitos da Resolução 36960 conforme parágrafo primeiro do artigo 15 da referida  
1694 Resolução. Interessado é o plenário do CONAMA. Quer fazer uma síntese?

1695  
1696 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1697  
1698 A Resolução 369 no artigo 15 pede que seja criado um Grupo de Trabalho no âmbito dessa Câmara  
1699 para monitorar a posterior os efeitos da Resolução 369. Esse GT foi criado, a coordenação estava  
1700 prevista para a CNI com relatoria da ABEMA e então a primeira pergunta é se a CNI se transformaria  
1701 em Setor Florestal nesse caso.

1702  
1703 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1704  
1705 E quem substitui a ABEMA?

1706  
1707 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1708  
1709 Então, porque a ABEMA seria ou Roraima ou Pará, então não sei se Roraima quer ou se deixa em  
1710 aberto. Roraima, né? OK. Então esse Grupo de Trabalho já recebeu as indicações e agora só falta  
1711 instalar, e nesse caso eu preciso só chegar a um acordo com o coordenador do grupo para a gente  
1712 instalar. Não falta nada mais para isso. A gente pode ver isso depois.

1713  
1714 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1715  
1716 OK. Alguém gostaria de fazer alguma colocação a respeito desse item? A 3.9 que trata de APP das  
1717 inserções de uso para a questão de mineração e questões de áreas urbanas consolidadas. Bom, 67  
1718 processo 020002082/2005-75. Restauração e recuperação de áreas de preservação permanente.  
1719 APP.

1720  
1721 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1722  
1723 Nesse caso também o artigo dezessete dessa mesma Resolução da 369 solicita a criação de um Grupo  
1724 de Trabalho para apresentar proposta para regulamentar a metodologia de recuperação das APPs. No  
1725 anterior escapou, não tinha percebido esse artigo, então a gente não criou na reunião anterior e a gente  
1726 precisaria criar agora esse GT, ou precisaria criar dependendo do número de GT que temos aberto  
1727 também podemos adiar.

1728  
1729 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1730  
1731 Primeiro esse assunto, eu acho que dentro da minha proposta, precisaríamos ouvir o IBAMA que é o  
1732 órgão interessado nisso, na recuperação de áreas de APP, já foi feito um seminário no ano passado  
1733 pelo CONAMA muito bom, e acho que deveríamos repetir e trazer novos subsídios para essa

1734 discussão, e dentro da discussão do seminário a gente poder consolidar esse Grupo de Trabalho. Mas  
1735 isso nós poderíamos ver, eu acho mais para frente.

1736  
1737 **Sara Juarez Sales - ANAMMA NACIONAL**

1738  
1739 A ANAMMA tem muito interesse na discussão desse tema. E também a partir do próprio processo de  
1740 discutir parcelamento do solo em APP, que eu acho que também é uma consequência em pensar a  
1741 metodologia de recuperação é pensar também na questão de parcelamento do solo, eu acho que a  
1742 gente poderia também já caminhar nesse sentido de tratar esses dois assuntos muito próximos,  
1743 tentando juntar os dois temas. Eu não sei se a gente vai criar esse GT aqui agora.

1744  
1745 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1746  
1747 Na verdade já estamos atrasados em comparação com a Resolução. A Resolução pedia para a gente  
1748 fazer uma Resolução em um ano.

1749  
1750 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1751  
1752 Então vamos instalar. Nada impede que se instale.

1753  
1754 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1755  
1756 Eu acho interessante a gente instalar esse GT, porque vai ser instalado também o GT Interinstitucional  
1757 que vai tratar do o tema da APP que foi o resultado do seminário, e vai se tratar então da questão de  
1758 recuperação e o problema todo é que não tem nenhuma regulamentação sobre como pode ser feita  
1759 essa instalação, as espécies que podem ser usadas e então eu acho que seria interessante a gente  
1760 começar o trabalho aqui na Câmara Técnica para ter o produto na hora que o GT interinstitucional  
1761 precisar dessa regulamentação.

1762  
1763 **Sara Juarez Sales - ANAMMA NACIONAL**

1764  
1765 Nesse sentido a ANAMMA tem interesse na coordenação? OK.

1766  
1767 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1768  
1769 Quem se propõe na relatoria. O Setor Florestal pode fazer a relatoria.

1770  
1771 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1772  
1773 OK. Então vamos encaminhar ofício a todos os Conselheiros para solicitar que eles indiquem pessoas  
1774 que fariam parte desse Grupo de Trabalho e daqui dois ou três meses a gente estaria então instalando  
1775 esse GT. Eu gostaria de saber se para esse GT vocês tem indicação de alguma entidade particular que  
1776 precisaria ser convidada. Que não faria parte dos Conselheiros do CONAMA.

1777  
1778 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1779  
1780 Tem uma porção. As universidades, por exemplo, que já tem uma larga experiência nisso aí, a  
1781 EMBRAPA, florestas. O Paulo Kageyama.

1782  
1783 **Dominique Louette - Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1784  
1785 Seria Universidade, né?

1786  
1787 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1788  
1789 É, exatamente. E tem empresas, naquele último seminário tiveram várias empresas e eu depois posso  
1790 contribuir também com algumas indicações. Mais alguma colocação a respeito desse assunto da  
1791 restauração? A relatoria ficou com o Serviço Florestal. Bom, vamos para o 6. 8 que é o processo  
1792 02000001147/2007-27. Definição dos conceitos de topo de morro e de linha culmeada referidos na  
1793 Resolução CONAMA 30302. Interessado Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de São

1794 Paulo. A Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo encaminhou ofício solicitando a criação  
1795 de um GT no âmbito do CONAMA com objetivo de tornar mais claras as definições das APPs de  
1796 morros, montes, montanhas e serras, permitindo assim a homogeneização dos procedimentos para todo  
1797 o país.

1798  
1799 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1800  
1801 É, essa é uma solicitação antiga, não só a secretaria, mas já chegaram para a gente várias solicitações.  
1802 A definição de topo de morro na Resolução 303 tem várias interpretações quando se quer definir...

1803  
1804 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1805  
1806 Hoje da maneira que ela está ela é inaplicável.

1807  
1808 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1809  
1810 E de linha de culmeada na verdade Minas Gerais inteiro é linha de culmeada, e então precisa realmente  
1811 de uma definição muito mais precisa desses termos na 303.

1812  
1813 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1814  
1815 Então o Setor Florestal gostaria de coordenar essa discussão aí.

1816  
1817 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1818  
1819 Quem faria a relatoria? Nenhum relator para esse Grupo de Trabalho?

1820  
1821 **Sara Juarez Sales - ANAMMA NACIONAL**

1822  
1823 Põe ANAMMA então. O Setor Florestal e ANAMMA estão na dobradinha aqui.

1824  
1825 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1826  
1827 É. Alguém gostaria de fazer uma colocação a respeito desse assunto? 6.9 processo  
1828 002000002523200458. Compensação, recuperação e recomposição da reserva legal conforme artigo  
1829 44 inciso terceiro e parágrafo da Medida Provisória 2166/67 de 24 do 08 de 2001. Interessado plenária  
1830 do CONAMA. Na sétima Câmara Técnica de gestão realizada em 21 e 22 foi decidida a criação de um  
1831 GT para tratar dos dois temas mesmo que será instalado após realização do seminário que será  
1832 instalado sobre APP e reserva legal.

1833  
1834 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1835  
1836 Em 2004 era uma prioridade do CONAMA e se falava de reserva legal e APP. Na verdade foram  
1837 desmembrados os processos APP de um lado e reserva legal de outro lado e a gente sempre  
1838 condicionou a instalação de um seminário, mas faltaria fazer um seminário sobre reserva legal e acho  
1839 que realmente é importante antes de instalar um GT para tratar do assunto, fazer um seminário de  
1840 reserva legal.

1841  
1842 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1843  
1844 Perfeito. Então isso é da coordenação do CONAMA, né?

1845  
1846 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1847  
1848 É da coordenação do CONAMA.

1849  
1850 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1851

1852 Então a Câmara Técnica deve se posicionar oficialmente para o coordenador, para o secretário  
1853 executivo para a realização desse seminário. A necessidade desse seminário para que a gente possa  
1854 instalar o Grupo de Trabalho.

1855  
1856 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1857  
1858 OK. Então a gente encaminha um ofício ao Secretário Executivo pedindo a realização, mas a Câmara  
1859 Técnica faria parte da organização.

1860  
1861 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1862  
1863 Sim.

1864  
1865 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1866  
1867 Em que o programa é trazido aqui e é discutido.

1868  
1869 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1870  
1871 A escolha dos palestrantes, os assuntos, a gente coordenaria. E datas. Eu acho que nós poderíamos  
1872 trazer para a próxima reunião a sugestão de nomes e datas para realização desse seminário. Mais  
1873 alguma colocação a respeito desse assunto? Então vamos para o último assunto? Item 6.10, processo  
1874 02000000925/2005-07. Regulamentação do monitoramento do uso dos recursos hídricos e  
1875 normatização de metodologias de monitoramento. Interessado é a plenária do CONAMA.  
1876 Antecedentes. Essa matéria foi aprovada como uma das prioridades do Conselho durante o seminário.  
1877 Prioridade para o CONAMA ocorrido em 24 de setembro de 2003 foi solicitado um parecer da Conjur  
1878 que evidenciou a competência tanto do CONAMA como do Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
1879 para tratar do assunto. Foi encaminhada solicitação de parecer ao CNRH sem resposta até o  
1880 momento. Dominique, você.

1881  
1882 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA**

1883  
1884 Eu encaminhei várias vezes solicitação à CNRH que se pronunciasse para que se ele considerasse que  
1885 fosse competência dele que não houvesse sobreposição, mas nunca obtive uma expostos oficial. Então  
1886 a proposta que eu faço é que esse tema seja encaminhado à comissão do CONAMA/CNRH que está  
1887 sendo instalada que é justamente uma comissão que vai tratar desses assuntos que são competência e  
1888 então que a gente encaminhe para essa comissão e que a comissão reencaminhe para a gente  
1889 tomando alguma decisão que é um processo que está se arrastando há anos que eu tenho que colocar  
1890 na pauta, mas sem...

1891  
1892 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1893  
1894 Para não ficar uma discussão de competência aqui. OK? Alguém teria alguma colocação a respeito do  
1895 assunto? Bom, superamos a pauta. Eu colocaria à disposição.

1896  
1897 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**

1898  
1899 Eu só tenho um assunto geral para antecipar. O do Acre acaba de ser terminado e já foi encaminhado  
1900 oficialmente para o Ministério, e como o de Rondônia vai ser solicitado ao CONAMA uma  
1901 recomendação para que possa para efeitos de recomposição de reserva legal que certa área do Acre  
1902 possa subir a 50% e não a 80%. Então, eu só estou avisando que depois do parecer do Ministério do  
1903 Meio Ambiente chegará a esse processo aqui na Câmara para recomendação, e eu queria ver com  
1904 vocês se vocês estão de acordo para que a gente fizesse como a gente fez no caso de Rondônia uma  
1905 reunião conjunta com assuntos jurídicos para tratar do assunto em uma ou duas câmaras.

1906  
1907 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**

1908  
1909 OK, perfeito.

1910  
1911 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**



1912  
1913 Então quando chegar de novo para a gente, eu convoco a reunião conjunta para a gente ver essa  
1914 questão do ZEE do Acre.  
1915  
1916 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
1917  
1918 Perfeito. Bom, nós poderíamos deixar a próxima reunião pelo menos agendada? Eu acho que todo  
1919 mundo aqui todos nós temos grandes problemas de agenda.  
1920  
1921 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
1922  
1923 A priori seria cinco de setembro a menos que vocês queiram uma reunião anterior a essa.  
1924  
1925 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
1926  
1927 Acho que não tem necessidade. Poderiam ser dois dias. Perfeito, até porque tem o trabalho.  
1928  
1929 **Sara Juarez Sales - ANAMMA NACIONAL**  
1930  
1931 O seminário nosso de APP entre quatro e sete de setembro.  
1932  
1933 **Dominique Louette - Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
1934  
1935 Então vamos para outra data.  
1936  
1937 **Dominique Louette - Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
1938  
1939 Ou então fazer no final da semana anterior. A gente pode fazer no dia 30 de agosto.  
1940  
1941 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
1942  
1943 Se nós formos isso não fica muito pesado? Nós vamos ter que vir para a discussão do PNOT?  
1944  
1945 **Dominique Louette - Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
1946  
1947 Então, ela está querendo juntar as duas coisas.  
1948  
1949 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
1950  
1951 Eu acho que é melhor juntar do que nós termos que nos reunir.  
1952  
1953 **Dominique Louette – Diretora Adjunta do CONAMA/MMA**  
1954  
1955 Mas no dia cinco de setembro que é a data que a gente tinha combinado eles têm o seminário de APP  
1956 e então está pedindo para que seja colocado em outro dia. Então, eu estou propondo que a gente faça  
1957 a reunião no dia 30 de agosto que a gente ante antecipou faça na semana seguinte. Na semana  
1958 seguinte fica mais próximo da plenária.  
1959  
1960 **Marcílio Caron Neto - Setor Florestal**  
1961  
1962 Dia 30? Para que não atrole com a plenária. Senão fica muito em cima na plenária. Perfeito.  
1963 Temos concordância a respeito da data? OK. Perfeito. Mais algum assunto que deseja ser discutido?  
1964 Não tendo mais nada a ser tratado, agradeço a presença de todos e até dia 30 de agosto. Obrigado.